

**PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO
AVÍCOLA DE RELVAS,
DA ZÊZEROVO, S.A.**

ADITAMENTO AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



Março de 2020



PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA DE RELVAS, DA ZÊZEROVO, S.A.

ADITAMENTO AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Nota de Apresentação

A GREEN HECTARE – Ambiente e Sustentabilidade, Lda apresenta o Aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Instalação Avícola de Relvas, pertencente à empresa – Zêzerovo – Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A.. A instalação localiza-se em Relvas, freguesia de Nossa Senhora do Pranto, do concelho de Ferreira do Zêzere.

Março de 2020

Green Hectare – Ambiente e Sustentabilidade, Lda

Coordenação do EIA

Ana Moura e Silva

Ana Moura e Silva

(Eng.^º do Ambiente)



ÍNDICE DE TEXTO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO.....	3
2 ELEMENTOS SOLICITADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL	3
2.1 RECURSOS HÍDRICOS.....	3
2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	9
2.3 VIGILÂNCIA DA SAÚDE HUMANA.....	17
2.4 RESUMO NÃO TÉCNICO.....	17
3 ELEMENTOS SOLICITADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	17
3.1 MÓDULO II – MEMÓRIA DESCRIPTIVA.....	17
3.2 MÓDULO III – ENERGIA	21
3.3 MÓDULO IV - RECURSOS HÍDRICOS.....	22
3.4 MÓDULO VI – RESÍDUOS	23
3.5 MÓDULO VII – EFLUENTES PECUÁRIOS (EP) E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SPA).....	23
3.6 MÓDULO XII – LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	24

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA DE RELVAS

ADITAMENTO AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

1 INTRODUÇÃO

Neste documento apresenta-se o Aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Instalação Avícola de Relvas, pertencente à empresa – Zêzerovo – Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A.... A instalação localiza-se em Relvas, freguesia de Nossa Senhora do Pranto, do concelho de Ferreira do Zêzere. Neste documento pretende-se apresentar as respostas às solicitações do pedido de elementos LUA (PL20190705000982).

2 ELEMENTOS SOLICITADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

2.1 RECURSOS HÍDRICOS

1. Corrigir a designação dos armazéns de recolha de ovos identificados por CRO1 e CRO2 no quadro “Dados de Construção” que integra a planta de implantação do projeto (EIA-AV-RL-04), uma vez que são designados no EIA por ARO1 e ARO2.

No Anexo 1 do presente documento apresenta-se o Desenho EIA-AV-RL-04, retificado.

2. Relativamente ao abastecimento de água com origem nas 4 captações subterrânea (AC1, AC2, AC3 e AC4), indicar qual o encaminhamento da água proveniente das captações AC2 e AC3), visto o EIA apenas descrever o circuito da água com origem nas outras 2 captações (AC1 e AC4). As captações AC2 e AC3 deverão também ser assinaladas na planta de implantação do projeto.

No Anexo 2 do presente documento, apresenta-se a planta e o ortofotomap com todas as captações assinaladas.

3. Indicar qual o volume de produção de águas residuais domésticas e de lavagem do cais e de cargas dos armazéns de estrume. Indicar, ainda, o volume de água residual proveniente do arco de desinfecção, assim como indicar o respetivo encaminhamento e destino final.

No quadro seguinte, apresenta-se a estimativa das águas residuais produzidas (nas instalações sanitárias, nas lavagens de cais de armazéns e no arco de desinfecção).

Quadro 1 – Águas residuais produzidas na exploração

Produção de águas residuais	Volume (m³)/ano
Instalações Sanitárias	124,8
Lavagens de Cais e Armazéns	259,3
Arco de desinfecção	(*)12

(*) Valor estimado (tendo em conta dados fornecidos pelo fabricante)

No primeiro relatório ambiental será comunicado o real valor da produção de águas residuais provindas do arco de desinfecção, onde será colocado um contador parcial, sendo que o encaminhamento destas águas será efetuado por gravidade para as zonas não impermeabilizadas da propriedade, sendo absorvidas pelo solo, sabendo que o produto utilizado para a desinfecção é biodegradável. As escorrências serão diminutas uma vez que se trata de sistema de nebulizadores, com quantidade de aspersão diminutas.

4. Está prevista a instalação de fossas estanques para todas as instalações sociais e lavagem dos pavilhões e ainda mais 2 fossas estanques para receber águas de lavagem do cais e de cargas dos armazéns de estrume, perfazendo um total de 14 fossas estanques.

Embora seja referido que será elaborado um plano de manutenção associado às fossas estanques, considera-se que o número de fossas estanques é excessivo, devendo o número destas infraestruturas ser reduzido. Após a redução solicitada, demonstrar que a capacidade de retenção dessas infraestruturas não ultrapassa os 12 meses, conforme estipula o n.º 12 do artigo 10.º da Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto.

A existência das 14 fossas estanques deve-se ao facto das fossas previstas serem de pequenas dimensões (fossas de lavagem com capacidade de 4 m³) e devidos às inclinações dos pavilhões e a necessidade dos cais de estrume terem lavagens também. Não será possível ter um tanque de retenção comum, dado não ser viável técnica nem economicamente. Trata-se de um núcleo que trabalha em regime de “tudo dentro tudo fora” por pavilhão não sendo em simultâneo as lavagens, daí serem várias fossas e em locais determinados e especificados na planta, pois as quantidades de águas residuais serão diminutas, com lavagens após cada ciclo de postura a alta pressão.

5. Apresentar nova Declaração emitida pela Biocompost onde conste o volume de estrume proveniente da presente instalação a ser aceite pela empresa destinatária.

Apresenta-se, no Anexo 3 ao presente documento, a declaração emitida pela Biocompost atestando a disponibilidade para receção do estrume proveniente da instalação avícola e de acordo com o PGEP.

6. Apresentar nova planta da rede de drenagem das águas residuais, uma vez que a que consta do EIA possui a legenda a amarelo, sendo impercetível a sua leitura. Deverá, também, ser apresentada a rede de drenagem das águas pluviais;

No Anexo 4 ao presente documento, apresenta-se a planta da rede de drenagem de águas residuais e a planta de drenagem de águas pluviais (incluindo o sentido do escoamento e as caixas de visita).

7. Avaliar os impactes induzidos no troço da linha de água afetado pela construção dos pavilhões e demonstrar como é garantida a drenagem na área de implantação do projeto.

A linha de água que se encontra marcada na carta militar, não existe no terreno. Não há qualquer linha de escorrência nem drenagem de água no local e por esse motivo, não se preveem impactes na matéria nem a necessidade de efetuar drenagem da zona.

8. Avaliar o impacte induzido nos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) pelas ações de desmatação e decapagem do solo, circulação da maquinaria afeta à obra, assim como o impacte induzido pelo aumento da área impermeabilizada pela construção dos pavilhões e armazém de recolha de ovos.

As ações de desmatação e decapagem do solo provocam um impacte negativo, direto, possível, temporário e reversível, dado que apenas existirão na fase de obra, de magnitude e significância muito reduzida, uma vez que se confinarão à zona estritamente necessária para a intervenção construtiva e se tomarão medidas que para não exista qualquer infiltração de poluentes e dado que a vulnerabilidade desta zona é baixa a variável.

Nas escavações que serão efetuadas para a construção das fundações das novas instalações, é possível a interseção do nível de água existente no aquífero superficial. Caso exista esta interseção, deverá interromper-se as obras e efetuar-se a drenagem dos caudais excedentários para uma linha de água.

Caso exista alguma interseção de níveis de água do aquífero superficial, será considerado um impacte negativo, direto, possível, temporário e reversível, dado que a água será encaminhada novamente para o meio hídrico, de magnitude e significância muito reduzida.

Para a circulação da maquinaria afeta à obra, deverão ser utilizados os acessos ao local já existentes de modo a minimizar-se a compactação do solo e a consequente perda das suas condições de permeabilidade natural. No entanto, a circulação da maquinaria fora dos acessos já existentes será considerado um impacte negativo, direto, provável, temporário e reversível, dado que após a conclusão das obras serão respostas as condições naturais de permeabilidade dos solos, de magnitude e significância muito reduzidas, dada a dimensão da área afetada no global da massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo.

A exploração apresentará, após ampliação, uma área impermeabilizada total de 23831,75 m². Desta área total, 5056,29 m² já se encontram construídos e 18 776,46 m² corresponde à nova área que será edificada (com a implantação dos novos pavilhões de produção e armazém de recolha de ovos (edificações previstas no projeto de ampliação).

Considera-se que o acréscimo de área impermeabilizada produzirá um impacte negativo sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos pois subtrai área de infiltração e escorrência de águas pluviais. Classifica-se, contudo, este impacte como pouco significativo uma vez que a exploração assegura a drenagem das águas pluviais e a sua devolução ao meio natural, por via dos pontos de descarga assinalados na Planta de Drenagem de Águas Pluviais (apresentada no Anexo 4).

9. Referir a existência de outras instalações pecuárias na envolvente do projeto e, se assim se justificar, avaliar os impactes cumulativos nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Na área de estudo, regista-se ocupação de atividades pecuárias e industrial expressiva. Refere-se existência de 3 instalações avícolas (a instalação de Cruz da Frazoeira, a 200 metros a Nordeste, a instalação de Alqueidão, a 50 m a Este / Nordeste, e uma terceira instalação que se distancia cerca de 470 m (para este), todas pertencentes ao proponente (Zêzerovo, S.A.) –Na parcela contígua à propriedade, encontra-se instalada a unidade industrial de classificação e embalagem de ovos, pertencente à Zêzerovo, S.A.

Os consumos de água nas explorações da Cruz da Frazoeira e de Alqueidão (que são abastecidas por captações comuns à instalação de Relvas) são os apresentados nos quadros seguintes.

Quadro 2.1 – Consumos de água (previsto) na instalação da Cruz da Frazoeira

Descrição	Rega m ³ /ano	Abeberamento m ³ /ano	ISA m ³ /ano	Lavagens m ³ /ano	Painéis de refrigeração m ³ /ano
Pavilhão 1	500	3144	85	50	200

Pavilhão 2		2208			130
Pavilhão 3		5712			350
Pavilhão 4		7310			450
Pavilhão 5		504			50
Total m³/ano	500	18878	85	50	1180

Quadro 2.2 – Consumos de água na instalação de Alqueidão (estimativa)

Pavilhão	Abeberamento m³/ano	Rega (m³/ano)	Refrigeração (m³/ano)	ISA* (m³/ano)
Pavilhão 4	12088.8	391.8	2566	31.2
Pavilhão 5	2310.6			
Pavilhão 6	2296.0			
Pavilhão 7	2260.8			
Pavilhão 8	2329.6			
Sub-Total	21286	391.8	2566	31.2
Total		24275 m³/ano		
Consumo médio diário			66.5 m³/ano	
Consumo médio mensal				2022,9 m³/ano

* A água para consumo humano é proveniente da rede pública de abastecimento

Não se prevê a afetação da quantidade das águas subterrâneas disponíveis com a implementação do projeto de ampliação da instalação de Relvas, mesmo contabilizando o acréscimo de consumo previsto.

Julga-se que este acréscimo será bem suportado no contexto global dos consumos registados na área de estudo. Os títulos de captação (TURHs) apresentam consumo máximos compatíveis com as previsões de acréscimo de consumo decorrentes do projeto de ampliação.

Ao nível da qualidade da água, não há descarga de águas residuais no solo, sendo que as fossas existentes nas instalações avícolas da envolvente são estanques, não provocando qualquer contaminação.

As instalações da área de estudo têm todas armazém de estrume, não havendo contacto deste subproduto com os solos ou os recursos hídricos. Também não são gerados recursos hídricos pluviais contaminados.

Pelo exposto anteriormente, considera-se que não são previstos assim, impactes cumulativos negativos, significativos em termos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos.

2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

10. Apresentar cópias dos licenciamentos das construções/edificações existentes, identificadas no quadro síntese, e indicar os respetivos usos/parâmetros urbanísticos objeto de licenciamento camarário, fazendo a correspondência desses títulos com os edifícios indicados na planta do projeto.

No Anexo 5, apresenta-se Planta com identificação dos processos obras e utilização existentes, bem como processos em legalização.

São também apresentadas, no Anexo 5. As licenças de utilização existentes, o pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção das novas edificações (previstas no projeto de ampliação) e o parecer favorável da C.M. Ferreira do Zêzere a esse pedido de informação prévia.

11. Deverá ser completado o quadro síntese (valores parciais e totais) com a indicação das áreas de impermeabilização, altura máxima da edificação e n.º de

lugares de estacionamento (ligeiros e pesados) com indicação da respetiva localização em planta.

No Anexo 6, apresenta-se planta da instalação com o quadro síntese com os dados de construção das edificações.

O nº de estacionamentos existentes na instalação avícola de Relvas serão de dois lugares para veículos ligeiros, o número de estacionamento tem em conta que, existirá uma carrinha que transporta os trabalhadores do CICO para a exploração.

Apresenta-se, no Anexo 5, a planta com a indicação dos processos de licenciamento das edificações e localização da zona de estacionamento (junto ao pavilhão de produção 1 – perto dos silos).

Não existe lugares de estacionamento para veículos pesados, visto que, estes vão à presente instalação para realizar abastecimentos.

12. Corrigir a referência ao PROF-Ribatejo que foi revogado pelo PROF LVT em 11/02/2019, pela Portaria n.º 52/2019

Corrig-se: a área de estudo insere-se na zona de abrangência do PROF-LVT que se encontra aprovado e publicado pela Portaria n.º 52/2019 de 11 de fevereiro.

13. Quantificar a área de terreno afeta a cada classe/categoria de espaço do PDM (Espaço Florestal e Espaço Industrial) e, em quadro síntese, indicar o edificado e outros elementos que recaem em cada uma das referidas classes/categories de espaço.

No quadro seguinte apresentam-se os dados solicitados.

Quadro 2.3 – Quantificação de ocupação de áreas por tipologia de classe de ordenamento

Classe/Categoria de espaço PDM	Área (ha)	% face à área do terreno	Edificações que recaem em cada classe do PDM	Área das edificações (m ²)	Percentagem da área das edificações face à

					área de cada classe do PDM (%)
Área Industrial Existente	2.464	15.3	Pavilhão de produção 1	1740.62	7.06
			ARR 2	1368.81	5.56
			CRO 1	301.56	1.22
			ARE 1 (parcial)	450.1	1.83
			ARE 2 (parcial)	283.4	1.15
			SUB-TOTAL	4144,49	16.82
Espaço Florestal – Floresta de Produção	13,650	84,7	ARE 1 (parcial)	575.96	0.42
			ARE 2 (parcial)	208.86	0.15
			Pavilhão de produção 2	2908.00	2.13
			Pavilhão de produção 3	2908.00	2.13
			CRO (3ª fase)	1328.46	0.97
			Pavilhão de produção 4	2908.00	2.13
			Pavilhão de produção 5	2908.00	2.13
			Pavilhão de produção 6	2908.00	2.13
			Pavilhão de produção 7	2908.00	2.13
			SUB-TOTAL	19561,28	14.32

14. Foi efetuado pelo proponente o enquadramento do projeto no PDM (pág. 304 do RS), designadamente nas disposições dos n.sº 1 e 2 do artigo 79º (“Instalações agropecuárias em espaços agrícola, agroflorestais e florestais”), contudo afigura-se desde já uma desconformidade com disposto no n.º 2 que estabelece um máximo de 4.000m² de área de construção por pavilhão, valor ultrapassado pelo projeto o qual que prevê novos pavilhões com 5.816,00m² cada.

Acresce que a aferição da conformidade com o artigo 79º do reg. do PDM terá também de ser realizada face à alínea a) do n.º 1 relativamente ao índice de utilização líquido de 0,15, o qual não é afastado pelo n.º 2 (note-se que apenas é afastada a necessidade de cumprir a área de construção de 2.000m², que poderá atingir os 4.000m² por pavilhão)

Em planta indicar e quantificar o afastamento das instalações à plataforma das vias (cf. alínea d) do n.º 1 do artigo 79º).

Esclarece-se que o disposto no n.º 2 do artigo 79º substituído por alínea introduzida através do Aviso n.º 13414/2009, dita que:

"Fora de áreas de REN, RAN, Rede Natura 2000, e das que se encontram sob influência do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode, admitem-se instalações até um máximo de 4000 m² por pavilhão, quando destinadas à atividade avícola e de acordo com os restantes índices e parâmetros urbanísticos previstos no número anterior".

Os novos pavilhões em apreço, terão uma área de implantação de 2908,00 m², respeitando por isso, o máximo estabelecido de 4000 m² (o máximo estabelecido diz respeito à área de implantação e não à de construção). Estes pavilhões apresentarão uma área de construção de 5816 m² porque terão 2 pisos, cada um. Realça-se que a CM Ferreira do Zêzere emitiu viabilidade de construção ao Pedido de Informação Prévia do projeto de ampliação em apreço (conforme consta do ofício apresentado no Anexo 5).

Corrigese a avaliação de conformidade com o PDM, apresentada no EIA, conforme indicado.

Quadro 2.4 – Disposições do Artigo 79º do PDM de Ferreira do Zêzere e análise de conformidade com o projeto de ampliação

Disposições do Artigo 79º do PDM de Ferreira do Zêzere	Análise de conformidade com o projeto
---	--

Disposições do Artigo 79º do PDM de Ferreira do Zêzere	Análise de conformidade com o projeto
Índice de utilização líquido ≤ 0,15, até um máximo de 2000 m ²	<p>Índice de utilização líquido ≤ 0,15 Aplicável. Considerando que a área do terreno da instalação (classificado como floresta de produção é de 13.650 ha e que a área de implantação (nessa mancha) totaliza 19561,28m², obtém um índice de utilização de 14.32%. Assim, é cumprida a condição do índice de utilização inferior a 0,15</p> <p>2^a condição (até um máximo de 2000 m²). Não aplicável. Substituída por alínea introduzida através do Aviso n.º 13414/2009, a seguir exposta.</p>
Fora de áreas de REN, RAN, Rede Natura 2000, e das que se encontram sob influência do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode, admitem-se instalações até um máximo de 4000 m ² por pavilhão, quando destinadas à atividade avícola e de acordo com os restantes índices e parâmetros urbanísticos previstos no número anterior	Aplicável. Cada edificação apresenta uma área de implantação bastante inferior a 4000 m ² . A CM Ferreira do Zêzere emitiu viabilidade de construção ao Pedido de Informação Prévia do projeto de ampliação em apreço (conforme consta do ofício apresentado no Anexo 5).
O afastamento mínimo de 50m das instalações agropecuárias, como estábulos, pocilgas, aviários ou nitreiras, à plataforma das vias públicas.	É cumprido o afastamento mínimo entre instalações e o afastamento à via pública.

Conforme se pode verificar no quadro anterior, as edificações cumprem o estabelecido no PDM (ao abrigo do art.º 79º do Regulamento).

No Anexo 7, apresenta-se o Desenho EIA-AV-RL-25, em que são indicados os afastamentos das instalações pecuárias à plataforma das vias rodoviárias.

15. Verificar e completar o enquadramento do projeto nas disposições do regulamento do PDM aplicáveis ao Espaço industrial, nomeadamente os artigos 76º a 78º do seu regulamento, explicitando/demonstrando a respetiva conformidade.

Julga-se que o artigo 76º não é aplicável à situação em apreço, tendo em conta que o mesmo se aplica a instalações industriais (de classe C e D), que não corresponde ao projeto em apreço.

Assim, analisa-se o projeto (neste caso, as edificações existentes) face aos condicionamentos constantes do artigo 78º, nomeadamente:

a- índice de utilização máximo de 0.15, até um máximo de 2000 m², podendo-se admitir, em face de projeto devidamente justificado, uma área de pavimento superior. Verifica-se uma área de implantação de 4144.49 m², na parcela, a que corresponde 16.82% de ocupação. A situação recai na exceção da condição (que permite uma área de pavimento superior, quando devidamente justificado). Salienta-se que o pavilhão de produção 1 e o armazém de estrume detêm licença de utilização emitida pela CM Ferreira do Zêzere.

b- A percentagem máxima de solo impermeabilizado não pode exceder 20% da área do prédio rústico. A condição é cumprida.

c- A altura máxima de qualquer corpo de edificação não poderá ultrapassar um plano de 45º, definido a partir de qualquer dos limites da parcela. A condição é cumprida.

d- De acordo com a legislação em vigor, os efluentes resultantes da produção industrial só podem ser lançados em linhas de drenagem natural após tratamento eficaz em estação própria, tendo em linha de conta o meio receptor. A condição não

é aplicável. Não ocorre qualquer descarga de efluentes para o solo ou linhas de drenagem natural.

e- Os efluentes de instalações agro-industriais que drenem para a bacia hidrográfica do rio Zêzere serão alvo de tratamento terciário, devendo a qualidade dos efluentes cumprir os parâmetros exigidos para contacto direto. A condição não é aplicável. Não ocorre qualquer descarga de efluentes para o solo ou linhas de drenagem natural.

16. Importa referenciar o PNPOT cuja revisão foi publicada em 05/09/2019, pela Lei n.º 99/2019.

Acrescenta-se:

No âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial (de âmbito nacional), a área de estudo insere-se na área do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) cuja revisão foi publicada em 05/09/2019 pela Lei n.º 99/2019.

17. Completar os diplomas que alteraram/retificaram o PDM de 1995, nomeadamente com a Declaração de Retificação n.º 813/2017, publicada em 23/11.

A área em estudo está integrada no concelho de Ferreira do Zêzere, cujo ordenamento municipal deverá obedecer ao estabelecido no respetivo Plano Diretor Municipal (PDM), publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/95, de 20 de dezembro, Diário da República, 1.ª série-B, n.º 292.

Este Plano, que se encontra atualmente em processo de revisão, já foi alvo das seguintes alterações:

1^a Alteração – Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2003, de 24 de novembro de 2003 – Alteração das Plantas de Ordenamento com vista a regularizar a existência de uma fábrica de rações, anterior à elaboração do Plano, a possibilitar a instalação de uma central de betão pronto e a alterar o uso do solo numa área atualmente integrada no perímetro urbano da vila de Ferreira do Zêzere;

2^a Alteração por Adaptação – Aviso n.^o 13414/2009, de 29 de julho de 2009 – Alteração do artigo 79.^º do Regulamento, tendo em vista a admissão de instalações avícolas até um máximo de 4000m², por pavilhão, desde que fora de áreas de REN, RAN, Rede Natura 2000, e sob influência do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode;

3^a Alteração por Adaptação – Aviso n.^o 12450/2010, de 22 de junho de 2010 – Alteração do artigo 44.^º relativo aos condicionamentos da construção em áreas da Reserva Agrícola Nacional;

4^a Alteração por Adaptação – Aviso n.^o 2810/2013, de 26 de fevereiro de 2013 – Alteração das plantas de ordenamento por adaptação novos limites da Carta Administrativa Oficial.

5^a Alteração – Aviso n.^o 11298/2016, de 14 de setembro de 2016 – Alteração dos artigos 43.^º, 44.^º, 45.^º, 47.^º e 50.^º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, relativos às Áreas de Reserva Agrícola Nacional.

6^a Alteração por Adaptação – Aviso n.^o 10258/2017, de 5 de setembro de 2017 – Transposição das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode, vinculativas dos particulares, para o Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere.

1^a Retificação - Declaração de Retificação n.^o 813/2017, de 23 de Novembro de 2017.

18. Demonstrar adequadamente/discriminadamente a (des)conformidade do projeto com as disposições regulamentares aplicáveis do PDM, nomeadamente as constantes dos n.^ºs 1 e 2 do artigo 79º do reg. do PDM (Instalações agropecuárias em espaços agrícola, agroflorestais e florestais) e artigos 76º a 78º.

Não é apresentada uma total avaliação do projeto no âmbito do OT, nas vertentes da conformidade com os IGT. EIA terá de enquadrar o projeto nos IGT e avaliar da compatibilidade/conformidade com as disposições regulamentares aplicáveis.

Esta análise foi completada e encontra-se acima exposta (nas respostas às questões 13, 14 e 15).

2.3 VIGILÂNCIA DA SAÚDE HUMANA

19. Apresentar monitorização do estado de saúde da população afetada, de modo a ser identificado qual o impacte na sua saúde devido à existência desta exploração.

Considera-se que a melhor forma de monitorizar a saúde humana da população na envolvência, será acompanhar os resultados provenientes dos Perfis Locais de Saúde para o Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, como foi realizado na situação de referência do respetivo descritor. Este acompanhamento permite verificar se ocorreram alterações na saúde da população e, caso ocorram, se as mesmas podem estar relacionadas com algum evento pontual na atividade avícola.

Ao nível da instalação, os trabalhadores (também considerados com indivíduos expostos) são sujeitos à avaliação periódica no âmbito de medicina no trabalho. O controlo e análise temporal destes resultados podem dar indicações sobre afetações de saúde eventualmente decorrentes do exercício da atividade.

2.4 RESUMO NÃO TÉCNICO

20. Completar o RNT no que se refere às questões atrás indicadas

O RNT foi retificado no que se refere às questões anteriormente indicadas (quando aplicável), apresentando-se a nova versão juntamente com a submissão do presente Aditamento.

3 ELEMENTOS SOLICITADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

3.1 MÓDULO II – MEMÓRIA DESCRIPTIVA

Área (em m²) do estabelecimento

1. Correção das áreas constantes no quadro do Formulário LUA, uma vez que a área total é inferior à área coberta;

Corrig-se:

- Área coberta (m²): 23831,75

- Área impermeabilizada não Coberta (parques, estradas, etc) (m²): 9805,4;

- Área total (m²): 161140

Descrição das instalações e das atividades desenvolvidas

2. Clarificação do modo de produção da instalação, nomeadamente no que se refere a:

a) modo de produção ao ar livre, referido igualmente como modo de produção biológico (pág. 7 do RNT). As figuras apresentadas não permitem aferir da atividade desenvolvida.

O modo de produção do pavilhão 1 é ao ar livre, As aves têm acesso às gaiolas, onde se encontram os sistemas de fornecimento de ração e água e onde se encontram os ninhos, no entanto as aves têm liberdade para sair das gaiolas para o solo, onde podem e espanejar livremente. As aves têm também acesso ao exterior, pelas portinholas destinadas para o efeito, no terreno existem bebedouros e abrigos à descrição conforme normas do bem estar animal.

b) modo de produção no solo, com o envio, se exequível, de registo fotográficos, desenhos ou esquemas da atividade a desenvolver; o tipo de material de revestimento do piso dos pavilhões; descrição pormenorizada do modo de encaminhamento do estrume, por passadeira, dos pavilhões para os armazéns de estrume.

No modo de produção no solo, as aves têm acesso às gaiolas, onde se encontram os sistemas de fornecimento de ração e água e onde se encontram os ninhos, no entanto as aves têm liberdade para sair das gaiolas para o solo, onde podem espanejar livremente., não existindo material de camas, isto é o pavilhão encontra-se pavimentado. Esta prática avícola não possui cama especificada, contudo de modo a no dia 1 reduzir a fresquidão no pavimento usa-se palha prensada.

Pavilhão de solo



Pavilhão de ar livre



Modo de encaminhamento de estrume por passadeira dos pavilhões para o armazém de estrume:



2. Indicação da totalidade dos principais produtos consumidos, nomeadamente medicamentos veterinários, desinfetantes, material de cama, se aplicável, etc., completando para isso o preenchimento do quadro Q03 – principais produtos consumidos.

O material utilizado na base do pavilhão é em pequenas quantidades e é palha prensada, cerca de 300 kg/por pavilhão.(sem local de armazenamento, comprado aquando entrada do bando no pavilhão em sacos plásticos de 30 kgs, cada)

Não é nem está prevista a utilização de qualquer medicamento nesta prática avícola, quando necessário a medicação vem ou pela ração, ou no abeberamento e só na altura e consoante prescrição veterinária sabemos o que se usa. Não existe plano profilático associado, são Galinhas poedeiras em ciclo adulto.

Quanto a desinfetantes, o esperado é cerca de 25 litros/ano (recipientes plásticos) aquando conclusão da instalação, remetidos com o código LER 150110* e recolhidos anualmente pela Empresa Correia e Correia, S.A..

3. Indicação da totalidade dos principais produtos consumidos, nomeadamente medicamentos veterinários, vacinas administradas às aves, etc., completando para isso o preenchimento dos quadros Q03 – principais produtos consumidos.

Todos os medicamentos irão ou no abeberamento ou na ração não existe resíduos provenientes do mesmo na instalação. Não existe vacinação nesta fase de postura.

4. Indicação, no quadro Q04 do formulário LUA, da totalidade de produtos finais produzidos, designadamente, galinhas poedeiras em fim de ciclo e expedidas para abate (em número de animais por ano).

Será o valor da capacidade efetiva retirando a mortalidade específica, podendo ser um número oscilatório pois nem todos os pavilhão saem na mesma altura e podendo mesmo num ano não sair nenhuma galinha para mercado.

Assim estima-se a capacidade da instalação para 518 598 GP *.96% vitalidade =497 854GP para Abate com cerca de 2 kgs a 2.2 kgs cada, estima-se uma produção média de ovos de 7296138 ovos/ano (considerando já a mortalidade e uma postura de cerca 95%).

3.2 MÓDULO III – ENERGIA

5. Estimativa do consumo anual de gasóleo (litros/ano) utilizado no Grupo Gerador de Emergência e indicação da capacidade de armazenamento deste combustível, esclarecendo se a mesma respeita ao depósito do próprio gerador.

Uma vez que ainda não foi adquirido nenhum Grupo Gerador de Emergência não é possível efetuar uma estimativa do consumo anual de gasóleo, nem indicar a capacidade de armazenamento do combustível.

Mas por tipologia em instalações similares, estima-se um consumo anual de cerca de 100 a 200 litros de combustível, onde maioritariamente é no teste mensal do GGE. (os dados concretos deverão ter tidos em conta após primeiro RAA da Instalação)

3.3 MÓDULO IV - RECURSOS HÍDRICOS

Água de Abastecimento

6. Representação em peça desenhada (Planta Geral de Implantação) da totalidade das captações de água subterrânea que abastecem a instalação;

Apresenta-se, no Anexo 2, a Planta da rede de abastecimento com todas as captações devidamente identificadas.

Águas Residuais

7. Justificação da não inclusão no PGEP das águas de lavagem/efluentes pecuários produzidos (chorume).

Apresenta-se, no Anexo 8, o PGEP retificado.

8. Apresentação de declaração da entidade gestora do sistema público de tratamento de águas residuais que ateste a sua disponibilidade para tratar, após transporte por empresa credenciada, a totalidade das águas residuais produzidas na instalação (águas residuais domésticas e águas de lavagem da instalação).

Apresenta-se, no Anexo 9, o contrato de recolha de águas residuais produzidas na instalação.

9. Reformulação do quadro Q23 contemplando a totalidade das linhas de tratamento (fossas estanques) de águas residuais domésticas e águas de lavagem dos pavilhões (chorume).

O Quadro Q23 foi retificado no próprio formulário.

3.4 MÓDULO VI – RESÍDUOS

10. Comprovativos/declarações dos operadores que efetuam a recolha e o tratamento de todos os resíduos perigosos/não perigosos gerados na instalação.

Em 2019 os operadores que efetuaram recolha e tratamento de resíduos foram:

- PlenaVia - Construção e Conservação de Vias e Valorização Ambiental, Lda.
- RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A.

No Anexo 10 apresentam-se as licenças dos operadores mencionados.

11. Indicação se na instalação são gerados os seguintes resíduos:

- a) Vestuário de proteção contaminado com substâncias perigosas (resíduo perigoso – LER 15 02 02*);**
- b) Vestuário de proteção não contaminado (resíduo não perigoso – LER 15 02 02).**

Não são gerados estes tipos de resíduos na instalação.

12. Reformulação dos quadros Q32 e Q33A do formulário LUA, de forma a contemplarem os resíduos em falta nomeadamente, metais (LER 20 01 40) e as misturas de resíduos urbanos e equiparados (LER 20 03 01).

Os metais apenas resultam de melhoramentos na instalação e se necessários serão encaminhados para OGR devidamente autorizados. Os RSU dado serem quantidades diminutas, são encaminhados para contentor Camarários próximo da instalação, sem qualquer EGAR.

3.5 MÓDULO VII – EFLUENTES PECUÁRIOS (EP) E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SPA)

13. Reformulação do preenchimento do quadro Q34 do Formulário LUA (e quadros afins, nomeadamente, Q35 e Q35A) contemplando a totalidade dos efluentes pecuários/subprodutos produzidos na instalação, de forma a incluir o efluente

pecuário chorume (água de lavagem) e o subproduto cascas de ovos e ovos partidos.

O Quadro Q34 foi reformulado no próprio formulário.

14. Ainda, no quadro Q34, clarificação do(s) destino(s) do estrume/excremento de aves e respetiva(s) quantidade(s), visto que a informação apresentada não coincide com o PGEP.

Os destinos do estrume são: Valorização agrícola em aproximadamente 40 % da produção total e sendo a restante, 60 % enviada para unidade de Compostagem de efluentes pecuários (Biocompost, Lda).

15. Indicação da taxa de mortalidade estimada.

A taxa de mortalidade é de, em média, 4% por bando.

16. Apresentação de declaração da entidade responsável pela recolha e receção dos cadáveres de aves, atestando disponibilidade para o efeito;

Apresenta-se, no Anexo 11, o comprovativo da receção de cadáveres no ano de 2019.

17. Apresentação de declaração da entidade responsável pela recolha e receção das cascas de ovos e ovos partidos, atestando disponibilidade para o efeito.

As cascas são remetidas para a Comave do Zêzere, S.A. conforme declaração em anexo.

Os ovos fissurados/partidos são enviados para o centro de classificação, e daí seguem para a indústria transformadora.

No Anexo 12, apresenta-se a respetiva declaração da Comave do Zêzere, S.A.

3.6 MÓDULO XII – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Listagem das MTD

18. Justificação da não aplicabilidade das MTD24 e MTD31 atendendo a que se trata da aplicação de técnicas da responsabilidade do operador da instalação PCIP.

Apresenta-se, no Anexo 13, o ficheiro BREF com a MTD24 e MTD 31 devidamente retificadas

19. Reavaliar a aplicabilidade da MTD25, uma vez que a mesma é referente à monitorização de emissões de amoníaco e não de azoto e fósforo conforme documento apresentado.

Apresenta-se, no Anexo 13, o ficheiro BREF com a MTD25 devidamente retificada.

20. Reavaliar a aplicabilidade da MTD32 já que esta se refere a emissões de amoníaco provenientes de alojamentos de frangos de carne.

Apresenta-se, no Anexo 13, o ficheiro BREF com a MTD32 devidamente retificada.

21. Deverá ser apresentada uma avaliação sistematizada e detalhada do ponto de situação da instalação face à implementação das MTD constante nos Documentos de Referência de carácter transversal que possam também ser aplicáveis à instalação, designadamente:

a. Reference Document on Best Available Techniques on Emissions from Storage – BREF EFS, Comissão Europeia (2006);

Apresenta-se, no Anexo 13, o ficheiro BREF EFS.

b. Reference Document on Best Available Techniques for Energy Efficiency – BREF ENE, Comissão Europeia (2009).

Apresenta-se, no Anexo 13, o ficheiro BREF ENE.

Para o efeito, encontra-se disponível no site desta Agência documento de suporte em formato excel, com a sistematização das referidas MTD.

Acresce alertar que as MTD para o setor da criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos publicadas na Decisão de Execução (UE) 2017/302 da Comissão, de 15 de fevereiro, revestem-se de implementação obrigatória no prazo máximo de 4 anos

após a sua publicação, sendo de aplicação imediata no caso de novas instalações, logo que se inicie o período de exploração.

Relatório de Base

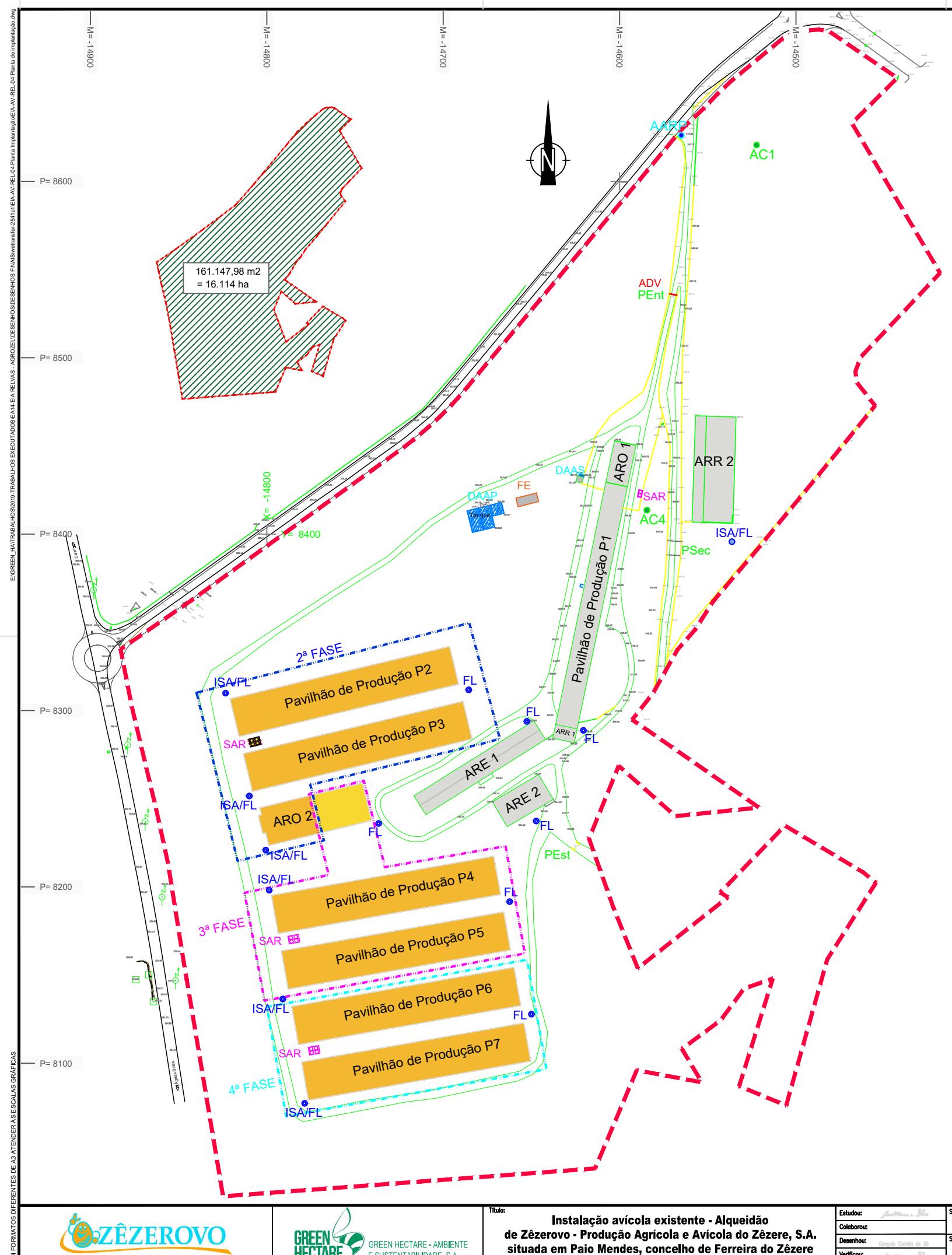
22. Elaboração de relatório de avaliação da necessidade do Relatório de Base, em cumprimento do disposto no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto (Diploma REI), de acordo com a abordagem da Nota Interpretativa n.º 5/2014, de 17 de julho (ponto 1 (1.1 a 1.4)), disponível para consulta no site da APA, I.P. em www.apambiente.pt > Instrumentos > Licenciamento Ambiental (PCIP) > Notas Interpretativas > Nota Interpretativa n.º 5/2014 – Relatório de Base.

Apresenta-se, no Anexo 14, o relatório de avaliação de avaliação da necessidade do Relatório Base.

Mais se informa que deverá ser consultada a Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro, como documento de apoio a fim de que a resposta ao pedido de elementos complementares seja o mais exaustiva possível, complementada com informação disponibilizada acedendo ao sítio eletrónico da APA (Formulário LUA – Quadros).



ANEXOS



LEGENDA

	Edificação Existente
	Edificação Proposta
	Limite da Instalação
P1 a P7	Pavilhão de Galinhas em Postura
ARR	Armazém para Arrumos
CRO	Centro de Recolha de Ovos
ARE	Armazém para Recolha de Estrume
DAAP	Depósitos para Abastecimento de Água Principal
DAAS	Depósitos para Abastecimento de Água Secundário
SAR	Silos de Alimentação de Reserva
PEnt	Portão de Entrada
PEst	Portão de Acesso ao Estrume
PSec	Portão Secundário
FE	Fonte de Energia (PT e Grupo de Geradores)
ADV	Arco de Desinfecção de Viaturas
ISA	Instalação Sanitária
FL	Fossa de Lavagem
AC	Captação de água proveniente do furo
AARP	Água proveniente da Rede Pública

FONTES DE ENERGIA

FASE	POTÊNCIA DO PT	GERADORES (Kva)
1ª Fase	200 Kva	200 Kva
2ª Fase	600 Kva	600 Kva
3ª Fase	1.000 Kva	1.000 Kva
4ª Fase	1.200 Kva	1.200 Kva

PROVENIÊNCIA	DESTINO
ÁGUA DO FURO	Abastecimento geral do pavilhão Rega das árvores da exploração Arrefecimento dos Coolings Arco de desinfecção
ÁGUA DA REDE	Abastecimento do WC Abastecimento do ARO

DADOS DE PRODUÇÃO

DESIGNAÇÃO	FASE	Número de aves	Modo de produção	Total por Fase
P1 - Pavilhão 1	1ªFase	35.046	Ar Livre	35.046
P2 - Pavilhão 2	2ª Fase	80.592	Solo	161.184
P3 - Pavilhão 3	2ª Fase	80.592	Solo	
P4 - Pavilhão 4	3ª Fase	80.592	Solo	161.184
P5 - Pavilhão 5	3ª Fase	80.592	Solo	
P6 - Pavilhão 6	4ª Fase	80.592	Solo	161.184
P7 - Pavilhão 7	4ª Fase	80.592	Solo	
TOTAL				518.598

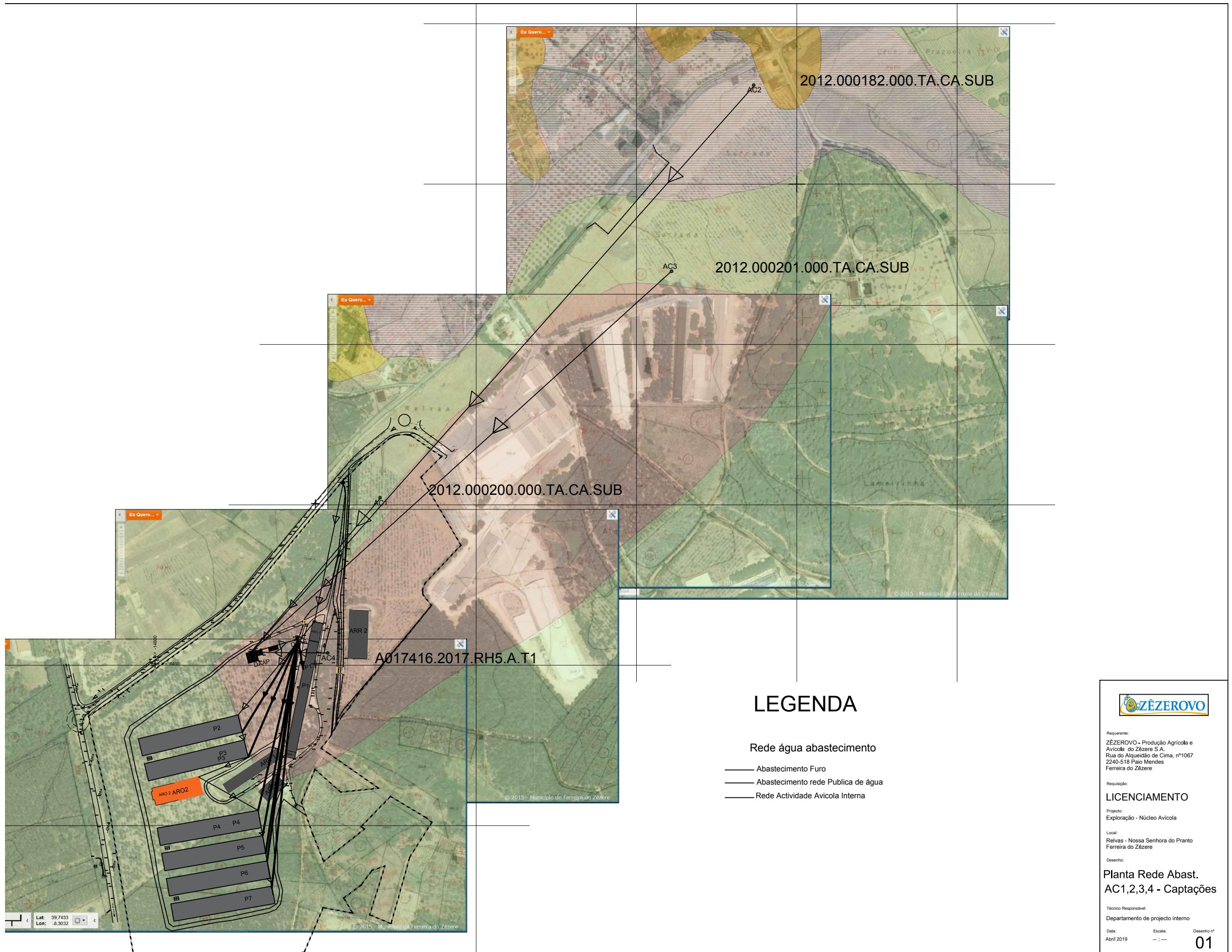
DADOS DE CONSTRUÇÃO

	DESIGNAÇÃO	FASE	Nº de Pisos	A. Implantação	A. Construção	Volume Const.
Edifícios Existentes	P1 - Pavilhão 1	1ª Fase	1	1.740,62 m ²	1.740,62 m ²	7.072,32 m ²
	ARO 1/CRO 1 - Centro de Recolha de Ovos	1ª Fase	1	301,56 m ²	301,56 m ²	1.221,12 m ²
	ARR 1 - Arrumo	1ª Fase	1	125,98 m ²	125,98 m ²	463,50 m ²
	ARR 2 - Arrumo	1ª Fase	1	1.368,81 m ²	1.368,81 m ²	7.843,82 m ²
	ARE 1 - Armazém de Recolha de Estrume	1ª Fase	1	1.026,06 m ²	1.026,06 m ²	4.079,55 m ²
	ARE 2 - Armazém de Recolha de Estrume	1ª Fase	1	492,26 m ²	492,26 m ²	2.810,41 m ²
	P2 - Pavilhão 2	2ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³
	P3 - Pavilhão 3	2ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³
	ARO2/CRO 2 - Centro de Recolha de Ovos	2ª e 3ª Fase	1	668,46 ⁽¹⁾ / 1.328,46 ⁽²⁾	668,46 ⁽¹⁾ / 1.328,46 ⁽²⁾	2.673,84 ⁽¹⁾ / 5.313,84 ⁽²⁾
	P4 - Pavilhão 4	3ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³
	P5 - Pavilhão 5	3ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³
	P6 - Pavilhão 6	4ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³
	P7 - Pavilhão 7	4ª Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,88 m ³

(1) - Área ou Volume na 2ª Fase de Construção / (2) - Área ou Volume 3ª Fase de Construção, após o aumento do ABO 2

EM FORMATOS DIFERENTES

		Título: Instalação avícola existente - Alqueidão de Zêzero - Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A. situada em Paio Mendes, concelho de Ferreira do Zêzere	Estudo:	Substitui	Escala numérica: 1/2.500	Designação: ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL Planta de implantação	Nº do Desenho: EIA-AV-REL-04
	GREEN HECTARE - AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, S.A.		Colaborou:		Escala gráfica (m):		Data: Abril / 2019 Folha: 1 / 1 Nº de Ordem: .
			Desenhou:	Substituído por			
			Verificou:				



Ortofotomap - Instalação Avícola de Relvas - Captações Subterrâneas



DECLARAÇÃO

---- BIOCOPST – COMPOSTOS ORGÂNICOS, LDA, com sede em Rua General Humberto Delgado, Nº 384, 2240-037 Águas Belas - Ferreira do Zêzere, NIF: 509672256, com a Licença de Exploração (Classe 1) 784 / 2018, Nº Identificação PTV8128CE (Unidade 2 – Cabrieira), atribuída pela Direcção Regional Agricultura e Pescas Lisboa e Vale Tejo, declara, que a sua Unidade de Compostagem produz corretivos orgânicos, utilizando somente matérias-primas de resíduos orgânicos, não havendo qualquer incorporação de produtos químicos.

A Unidade de Compostagem é recetora de chorume de animais, desde que, os resíduos estejam dentro das normas legais para a sua integração no processo produtivo.

Para efeitos do PGEP – Plano de Gestão de Efluentes Pecuários regulado pela Portaria nº 631/2009, estabeleceu-se um acordo anual, renovável automaticamente por igual período, para receção de efluentes pecuários, categoria 2, provenientes de todas as explorações avícolas pertencentes à Zezerovo, S.A, Rua Eduardo Mota, n.º 550, 2240-518 Paio Mendes, com o NIF: 501686460.

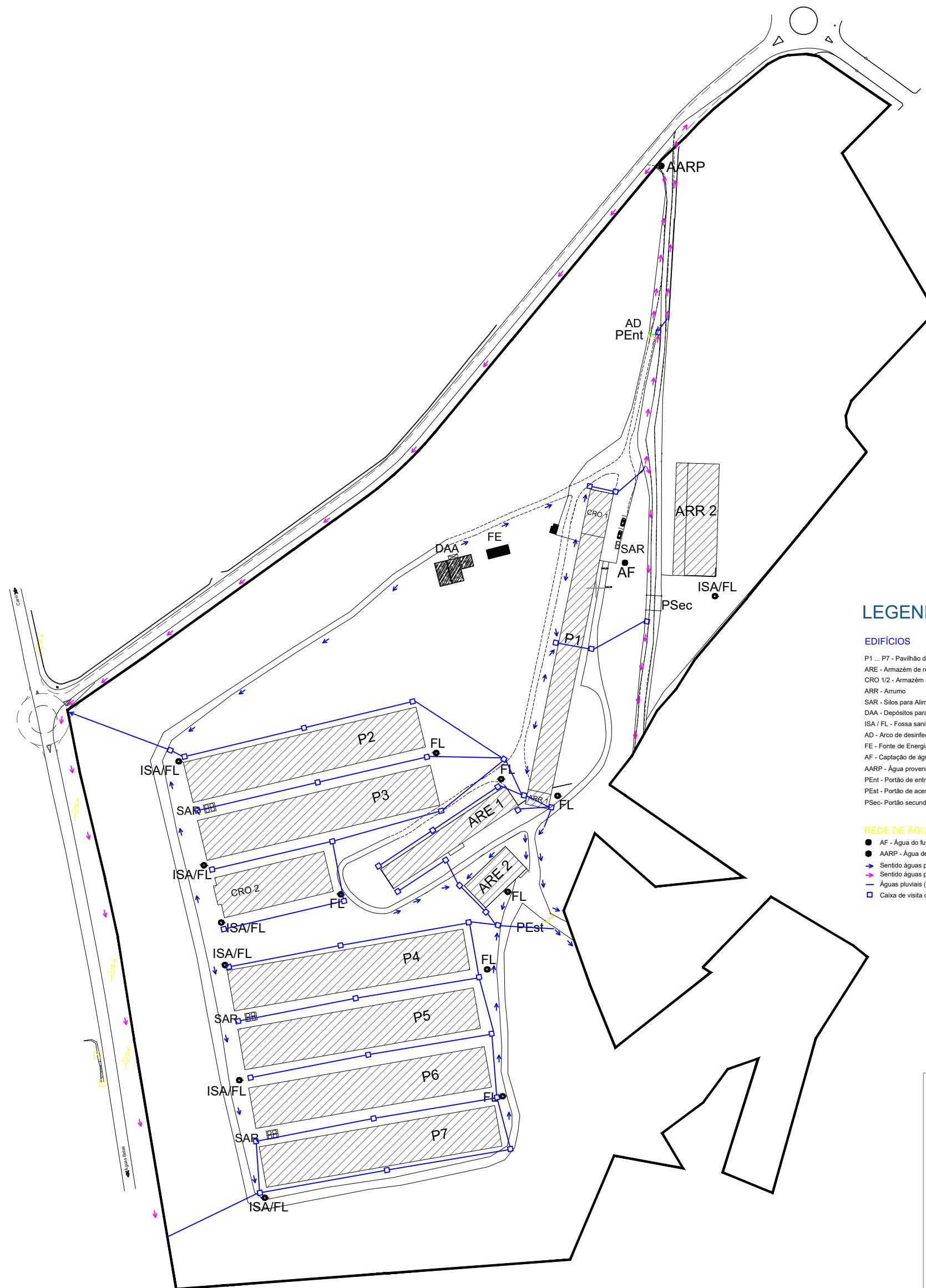
Ferreira do Zêzere, 28 de fevereiro de 2020.

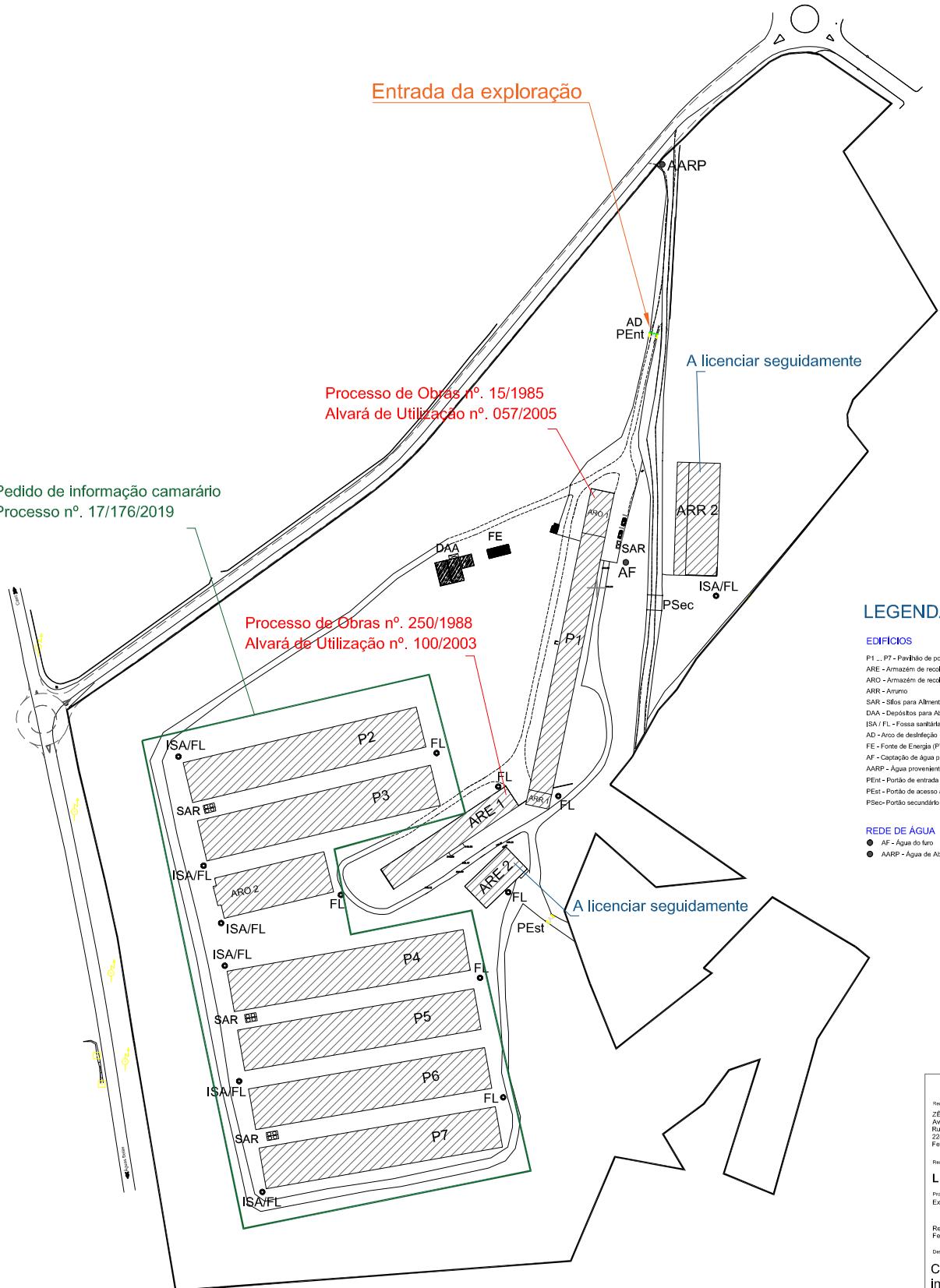
Com os melhores cumprimentos,

BIOCOPST
Compostos Orgânicos, Lda
A Gerência

Hector -







Responso:
ZÉZEROVO - Produção Agrícola e Avícola do Zézere S.A.
Rua do Alquedelo de Chira, nº1067
2245-518 São Mamede
Ferreira do Zêzere

Resposta:
LICENCIAMENTO
Projeto:
Exploração - Núcleo Avícola

Revisas - Nossa Senhora do Pranto
Ferreira do Zêzere

Desenho:
Caracterização das infraestruturas

Técnico Responsável:
Departamento de projecto interno



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE
CÂMARA MUNICIPAL

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 100/2003

(Anexo VIII da Portaria N.º 1107/2001, de 18/09)

PROCESSO DE OBRAS N.º 250/88

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 100/2003, em nome de **Agrozel – Agro Pecuária do Zêzere, Lda**, número de contribuinte 501 879 471, que titula a autorização de utilização do edifício, sítio em **Relvas**, da freguesia de **Paio Mendes**, construído no prédio, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 88, Secção E, da referida freguesia, a que corresponde o alvará de licença para obras n.º 341, emitido em 24 de Novembro de 1988, a favor de Agrozel – Agro Pecuária do Zêzere, Lda.

Por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 16/10/2003, foi autorizada a seguinte utilização: **PAVILHÃO PARA GALINHAS POEDEIRAS**.

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi o Eng.º Mário Rodrigues Ferreira.

O autor dos projectos foi o Eng.º Mário Rodrigues Ferreira.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

A receita deste Alvará foi cobrada pela guia n.º 2125 de 31 de Dezembro de 2003, no total de 96,00 Euros.

Registado na Câmara Municipal supra, no Livro 4, sob o n.º 272 em 31/12/2003
O Chefe de Divisão

Paços do Município, 31/12/2003

O Presidente da Câmara

Imposto de Selo, para efeitos
de 2125 - 31.12.03.
Preço 12,100 - 31.12.03. Seus



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE
CÂMARA MUNICIPAL

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 057/2005

(Anexo VIII da Portaria N.º 1107/2001, de 18/09)

PROCESSO DE OBRAS N.º 15/85

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 057/2005, em nome de **Agrozel – Agro Pecuária do Zêzere, Lda.** N.I.P.C. 501 879 471, que titula a autorização de utilização do edifício, sito em **Relvas**, da freguesia de **Paio Mendes**, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 88, secção "E" da respectiva freguesia, a que corresponde o alvará de licença de obras n.º 54, emitido em 23 de Abril de 1985, a favor de Francisco Fernandes.

Por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 06/09/2005, foi autorizada a seguinte utilização: **AVIÁRIO**.

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi o Eng.º António Sérgio Pereira de Gouveia Campelo.

O autor do projecto foi o Eng.º António Sérgio Pereira de Gouveia Campelo.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

A receita deste Alvará foi cobrada pela guia n.º 1605 de 09 de Setembro de 2005, no total de 110,23 Euros.

Registado na Câmara Municipal supra, no Livro 4, sob o n.º 147 em 09/09/2005

O Chefe de Divisão

Paços do Município, 09/09/2005

O Presidente da Câmara

Imposto de Selo, pago pela
Guia n.º 1605, de 09/09/2005
Verba 2,5; IVA TGIS 3,00€



Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal
Requerimento

Pedido de Informação - Instrumentos de planeamento e condições gerais para operações urbanísticas

Livro : Correspondência
Reg. Ent. n.º: E/10471 / 2019 Exmo(a). Senhor(a)
Processo n.º: 17/2019/176/0 Presidente da Câmara Municipal
Registrado em: 2019-09-13
O(a) Trabalhador(a): Carla Perna - Câmara Municipal
de Ferreira do Zêzere

REQUERENTE

Nome: * Zezerovo - Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A.

Endereço: * Rua do Alqueidão de Cima N.º: _____ Lote/
Localidade: Relvas Código Postal: * 2240-518 - PAIO MENDES andar:
Freguesia: Nossa Senhora do Pranto Concelho: Ferreira do Zêzere
NIF/NIPC: * 501686460 N.º Documento de Identificação: _____ Tipo de Documento:
Válido até: _____ Data Nascimento: _____ Telefone: 249360060 Fax: _____
Correio Eletrónico (E-mail): zezerovo@zezerovo.pt
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT):
Qualidade: Outra
Se outra (Indique): _____

REPRESENTANTE

Nome: _____
Endereço: _____ N.º: _____ Lote/
Localidade: _____ Código Postal: _____ andar:
Freguesia - Concelho: _____
NIF/NIPC: _____ N.º Documento de Identificação: _____ Tipo de Documento:
Válido até: _____ Data Nascimento: _____ Telefone: _____ Fax: _____
Correio Eletrónico (E-mail): _____
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT): _____
Na qualidade de: _____

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Consinto que as notificações/ comunicações possam ser efetuadas via: Correio Eletrónico (E-Mail)
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT)
Telefone Fax

As notificações/comunicações feitas por via postal deverão ser enviadas para a seguinte morada: (Requerente caso omissso)* x Requerente

Endereço: _____ N.º: _____ Lote/
andar: _____



Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal
Requerimento

Localidade: _____ Código Postal: _____

DADOS DO PROCESSO

A informação solicitada respeita os seguintes dados:

Local

Freguesia: Nossa Senhora do Pranto

Morada: Relvas- (Ant.: Paio Mendes)

N.º: _____ Andar, Lote, etc. _____

Código Postal: 2240-518 PAIO MENDES

Sítio ou Lugar: Relvas

Especifique a localização: _____

Registo Predial

Conservatória: Conservatória do Registo Civil e Notariado de Ferreira do Zêzere

N.º do Registo: _____

Data do Registo: _____

Identificação Matricial

Tipo: _____ Artigo: _____

Fração: _____ Secção: _____

Freguesia Ferreira do Zêzere
(código): _____

PEDIDO

Vem requerer a V.ª Ex.ª, o Pedido de Informação - Instrumentos de planeamento e condições gerais para operações urbanísticas

Data de Entrega: 2019-09-13

Regime: Decreto-Lei n.º 136/2014

Procedimento: _____

Classificação: 17 - Direito à Informação

Tipo de Pedido: Direito à Informação - RJUE Artigo 110.º n.º 1

Tipo de Requerimento: Pedido de Informação - Instrumentos de planeamento e condições gerais para operações urbanísticas

Tipo de Construção: Construção Nova

Tipo de Utilização: Outros Usos

Instrumento de Planeamento: PDM (Plano Director Municipal)

Prazo de execução da operação: 0 Tipo de Prazo: Dias

ASSUNTO



Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal
Requerimento

Pedido de informação

OUTROS DADOS DO PEDIDO

Antecedentes

Descrição	N.º	Ano
Licença/Alvará de Licença		
Comunicação Prévia (n.º de processo)		
Informação Prévia (n.º de processo)		
Licença/Alvará de Utilização		
Outro (indique):		

CÓDIGOS DE ACESSO

Descrição	Código	Validade
Consulta da certidão permanente do registo comercial (Se empresa):		
Consulta da procura online (Se representante):		
Consulta da certidão permanente do registo predial:		
Se pretende indicar outro código de acesso a documentação/declaração:		
Que documentação se trata?		

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DOCUMENTOS A ENTREGAR

Para o efeito, junta/exibe os documentos que se elencam:

- Requerente - Pessoa Singular: Cartão de Cidadão ou B.I. e Cartão de Contribuinte; Outros documentos comprovativos de identificação
 - Elemento não entregue
- Requerente - Pessoa Coletiva: Cartão de pessoa coletiva/Cartão de Empresa
 - Elemento não entregue
- Certidão Comercial Permanente ou Código de Acesso à Certidão Comercial Permanente
 - Elemento não entregue



Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal
Requerimento

- Outros documento(s) comprovativo(s) de identificação da Entidade
 - Elemento não entregue
- Representante – Documento comprovativo da qualidade de representante ou código de consulta da procuração online
 - Elemento não entregue

FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO ENTREGA DE ELEMENTOS

O subscritor, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade e estão de acordo com a legislação e regulamentos em vigor.

Pede deferimento, 2019-09-13 15:33

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar)

Conferi a identificação do(a)
Requerente/Representante através dos
documentos de identificação. _____
O(A) trabalhador(a)

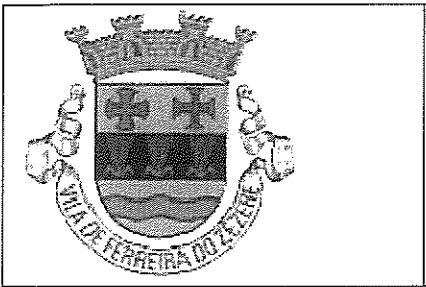
Gestor do Procedimento: António Campelo

Telefone: 249360150 E-mail: geral@cm-ferreiradozezere.pt

Diretor do Procedimento: Chefe da Divisão de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Telefone: 249360150 E-mail: geral@cm-ferreiradozezere.pt

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório - Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se ao tratamento e gestão de processos autárquicos em que o cidadão é diretamente interessado, encontrando-se publicitados os direitos de informação do titular no site do Município. Os titulares dos dados podem aceder à informação relativa ao andamento dos respetivos processos e solicitar por escrito, junto do Município de Ferreira de Zêzere, a sua atualização ou correção.)



PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Registo:
Livro:
Data:

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Ferreira do Zêzere
Praça Dias Ferreira, n.º 38,
2240-341 Ferreira do Zêzere

ZÊZEROVO - Produção Agrícola e Avícola do Zêzere SA, residente em Rua do Alqueidão de Cima, nº1065 - Paio Mendes código postal 2240-518, freguesia de Nossa Senhora do Pranto, no concelho de Ferreira do Zêzere estado civil (não aplicável), com o endereço electrónico sofia.miguel@agrozel.pt e com o telefone nº 930477781, portador do Bilhete de Identidade nº (não aplicável), contribuinte fiscal nº.501686460 na qualidade de (*) INTERESSADO, vem requerer a V.Ex.^a nos termos do artigo 110º do Decreto Lei 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec- Lei 136/2014 de 9 de Setembro, informação sobre A VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE 6 PAVILHÕES E UMA CASA DE OVOS para o prédio localizado em RELVAS , na freguesia de NSSA SRA DO PRANTO , descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº --- e inscrito na matriz predial ---- sob o número 55, 56, 57, 58, 59 62, 63, 96 e 97 DA SECÇÃO 1E e sob o número 63 DA SECÇÃO C .

Para o efeito junta a seguinte documentação. (Se necessário) :

- Peça escrita: Memória descriptiva do pedido.
- Peças desenhadas: (1) Desenho do Cadastro e artigos rústicos; (2) Caracterização das infraestruturas .

Pede deferimento

Ferreira do Zêzere, 13 de Setembro de 2019

ZÊZEROVO
PROD. AGR. AVÍCOLA ZÊZERE, S.A.
A Administração

(O requerente ou representante legal)

(*) – Proprietário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário e outros

(**) – Descrever a informação “ sobre os instrumentos de planeamento”, “sobre o estado e andamento do processo”, outra

MEMÓRIA DESCRIPTIVA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Devido às constantes alterações da dinâmica de mercado, e às exigências das superfícies comerciais e do consumidor - cada vez mais sensíveis ao bem-estar animal e cada vez mais receptivos ao consumo de ovos provenientes de produção alternativa – a ZÊZEROVO SA encontra-se em permanente busca de resposta para a necessidade de crescimento no que respeita à expansão das suas explorações, sobretudo às já existentes.

Uma das primeiras explorações avícolas da ZÊZEROVO SA, já com décadas de existência, localiza-se em “RELVAS – Paio Mendes” sobre os artigos 96 e 97 da Secção 1E da Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, composta actualmente por edifícios com distintas finalidades no âmbito da sua actividade, identificados e legendados no desenho 01 e 02 com as siglas P1, ARO1, ARR1, ARE1, ARE2 e ARR2.

Tendo em conta que a exploração já se encontra estabelecida, seria pertinente amplia-la uma vez que lá existem todas as infraestruturas imprescindíveis ao seu funcionamento – tais como abastecimento de água e de energia – e ainda a proximidade à rede viária e até à própria sede da empresa.

Resumidamente, a intensão de expansão da exploração totaliza um polígono com a área de 16.11 hectares, composto pelos seguintes artigos rústicos completos e partes de artigos rústicos:

- Artigos 96 e parte do artigo 97 da secção 1E, de Nssa Sr^a do Pranto – Propriedade de Francisco Fernandes, ex-administrador e fundador da ZÊZEROVO SA, sobre os quais está implantada a actual exploração.
- Artigos 56 e 59 da secção 1E, e 63 da secção 1C, de Nssa Sr^a do Pranto – Propriedade da AGROZEL SA, empresa pertencente ao Grupo.
- Artigos 55, 57, 58, 62 e 63 da secção 1E, de Nssa Sr^a do Pranto – Propriedades de particulares, cuja compra e venda está a ser negociada.



Produção, Inspeção, Classificação
e Comercialização de Ovos Inteiros

Tendo em conta que os Seis Pavilhões de Postura e o Armazém de Recolha de Ovos representam um investimento muito avultado, a existir essa necessidade, é pretensão da ZÊZEROVO SA expandir a exploração de forma faseada, de acordo com as circunstâncias do mercado e de acordo com a política de crescimento sustentável preconizada pela empresa.

Assim, o investimento aconteceria, previsivelmente, da seguinte forma:

1^a Fase: Construção do Pavilhão P2 e P3 e ARO2.

2^a Fase: Ampliação do ARO2 e construção do Pavilhão P4 e P5.

3^a Fase: Construção do Pavilhão P6 e P7.

Face ao exposto, a ZÊZEROVO apresenta ao Município um PEDIDO DE INFORMAÇÃO, a propósito da **viabilidade de construção de seis Pavilhões Avícolas destinados à postura (P2, P3, P4, P5, P6 e P7) e um Armazém de Recolha de Ovos (ARO2)** sobre os artigos rústicos supra referidos, de acordo com os desenhos anexos ao presente pedido, cumprindo em absoluto os índices de ocupação do solo, os afastamentos de 50m das edificações às estremas, e as demais disposições legais em vigor.

Sem mais assunto de momento,

Aguarda o seu parecer,

A Administração

ZÊZEROVO
PROD. AGR. AVÍCOLA ZÉZERE, S.A.
A Administração

www.zezerovo.pt

zezerovo@zezerovo.pt - T (+351) 249 360 060/3 - F (+351) 249 360 067 / 249 366 140 (encomendas)

Rua do Alqueidão de Cima, nº 1067 - 2240-518 Paio Mendes - Ferreira do Zêzere - Portugal

Zézerovo - Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A. - Cap. Social 3.000.000€ - NIF 501 686 450 - Centros de Classificação PT - 087 / PT - V2310

ARTIGOS RÚSTICOS : Secção 1E - N.º Sp. do Pronto

Francisco Fernandes

AGROZEL SA

Em negociação



ZIZIROVO
Processão Agrícola e
Agrícola do Zizirovo S.A.
Plano de Arquitecto da Città n°1937
2901518 P. de Benfica
Portugal 262200

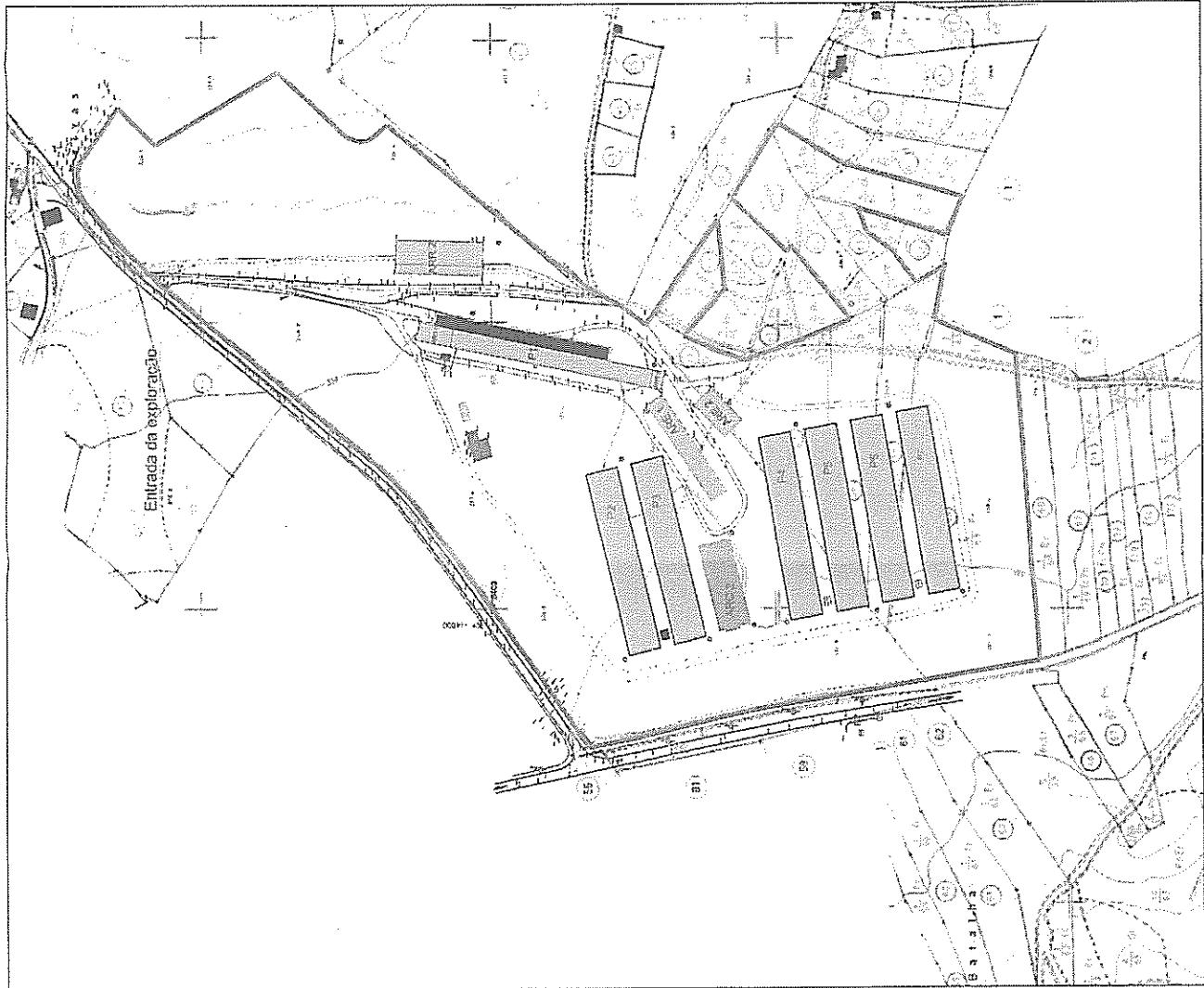
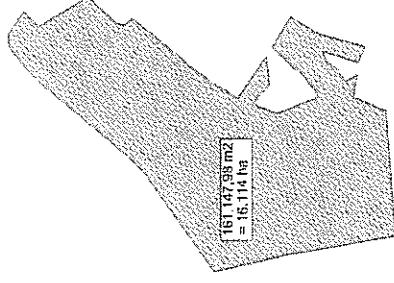
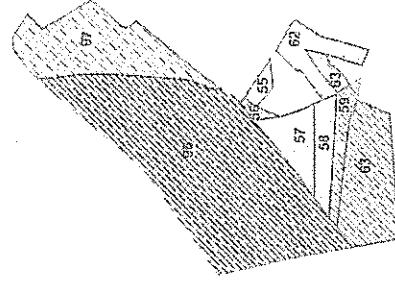
Pedido de Informação
Exploração - Herdado Alcoba

Porto - Rua Santa do Pronto
Ferreira do Zêzere

Cadastro
Artigos Rústicos

detalhamento
Desenvolvimento do projeto interno

01



DESIGNAÇÃO	FASE	Nº de Pisos	A. Implantação	A. Constituição	Volume C
P1 - Pé	Existe	1	1.740,62 m ²	1.740,62 m ²	7.072,31
CFO 1 - Sítio de Recolha de Ovos	Existe	1	301,56 m ²	301,56 m ²	1.221,11
AFR 1 - Arumo	Existe	1	125,98 m ²	125,98 m ²	463,50
AFR 2 - Arumo	Existe	1	1.368,81 m ²	1.368,81 m ²	7.843,81
ARE 1 - Armazém de Recolha de Estima	Existe	1	1.026,05 m ²	1.026,06 m ²	4.079,55
ARE 2 - Armazém de Recolha de Estima	Existe	1	492,25 m ²	492,26 m ²	2.810,41
P2 - Pavilhão 2	1º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
P3 - Pavilhão 3	1º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
CFO 2 - Centro de Recolha de Ovos	1º e 2º Fase	1	650,65 / 1.328,46	650,65 / 1.328,46	2.673,46
P4 - Pavilhão 4	2º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
P5 - Pavilhão 5	2º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
P6 - Pavilhão 6	3º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
P7 - Pavilhão 7	3º Fase	2	2.908,00 m ²	5.816,00 m ²	23.632,8
TOTAL			23.831,75 m ²		

(*) Área destinada ao armazém de estima e recolha de ovos.



Projeto:

ZÉZEROVO - Produção Agrícola e Avícola do Zézere S.A.
Rua do Alqueidão de Clima, n°1067
2240-518 Paio Mendes
Ferreira do Zézere

Projetista:

Relvas - Nossa Senhora do Pranto
Ferreira do Zézere

Conselheiros:

Conselheiros:

Pedido de Informações

Exploração - Núcleo Avícola

LEGENDA

EDIFÍCIOS

- P1 ... P7 - Pavilhão de pastura
- ARE - Armazém de recolha de estima
- ARC - Armazém de recolha de ovos
- ARR - Arumo

Caracterização de Infraestruturas



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÉZERE

À Empresa:
Zêzerovo - Produção Agrícola e
Avícola do Zêzere, S.A.
Rua do Alqueidão de Cima, 1067
2240-518 – Paio Mendes

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

Of.º nº 8162

02/10/2019

Correio Registado

Assunto: “Pedido de informação referente aos instrumentos de gestão territorial em vigor”
Processo n.º: 17 / 176/2019
Local: Relvas - Nossa Senhora do Pranto

Levo ao conhecimento de V. Ex.^a que o solicitado pelo seu requerimento registado sob o n.º 10471 datado de 13/09/2019, nos termos do art.º 110 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, relativo ao assunto em epígrafe, foi objeto da informação técnica n.º 7155/2019, cuja cópia se anexa, confirmada pelo despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do dia 30/09/2019.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe da Divisão Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Eng.º João Pedro Frias Freitas
(No uso de competências delegadas)

PA

1/1

NIF 501 216 839





Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

DIVISÃO DE URBANISMO OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

SECTOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Informação nº 7155/2019

Requerimento nº 10471/2019

Processo nº 176/2019

Requerente: Zêzerovo - Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A.

Local: Relvas

Freguesia: Nossa Senhora do Pranto

NOTA: O Despacho será registado no Sistema de Processos de Obras

Assunto: Trata-se de um pedido de informação, referente aos instrumentos de gestão territorial em vigor, conforme previsto no artigo 110º do Decreto-Lei nº 555/99, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014 de 9 de setembro.

Informação:

Os prédios localizados em Relvas na freguesia de Nossa Srª do Pranto inscritos na repartição de finanças do concelho de Ferreira do Zêzere sob os artºs 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 96 e 97 da secção 1E e o nº 63 da secção 1 C, com a área total de 16.114 ha.

As parcelas estão inseridas em Floresta de produção e Área industrial existente. São reguladas pelos artºs 50 e 79 do Regulamento do Plano Director Municipal de Ferreira do Zêzere (resolução do conselho de ministros nº 175/95, de 20.12.95), alterado pelo Aviso (extracto) nº 10257/2017, cujas condicionantes se passam a descrever:

SECÇÃO III

Instalações agropecuárias em espaços agrícola, agroflorestais e florestais

Artigo 79.º

Condicionamentos

1 — Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a edificação de instalações destinadas à agropecuária fica sujeita aos condicionamentos seguintes:

- a) Índice de utilização líquido ≤0,15, até um máximo de 2000 m², exceto se a exploração se destinar predominantemente a bovinos, caso em que, em face de projeto devidamente justificado e enquadrado, se pode admitir uma área de pavimento superior;
- b) Para efeito do cálculo da superfície de pavimento, a área de telheiros é afetada do índice 0,5;
- c) A percentagem de solo impermeabilizado não pode exceder 20 % da área do prédio rústico;
- d) O afastamento mínimo das instalações agropecuárias, como estábulos, pocilgas, aviários ou nitreiras, em relação à plataforma das vias públicas é de 50 m;
- e) A altura máxima, de qualquer corpo de edificação não pode ultrapassar um plano de 45.º, definido a partir de qualquer dos limites da parcela;
- f) De acordo com a legislação em vigor, os efluentes resultantes da produção industrial só podem ser lançados em linhas de drenagem natural após tratamento eficaz em estação própria, tendo em linha de conta o meio receptor;
- g) Os efluentes de instalações agropecuárias que drenem para a bacia hidrográfica do rio Zêzere serão alvo de tratamento terciário, devendo a qualidade dos efluentes cumprir os parâmetros exigidos para contacto direto.

2 — Fora de áreas de REN, RAN, Rede Natura 2000, e das que se encontram nas áreas afetas ao regime de proteção da Albufeira do Castelo de Bode, admitem-se instalações até um máximo de 4000 m² por pavilhão, desde que destinadas à atividade avícola e desde que cumpram os demais índices e parâmetros urbanísticos previstos no número anterior.

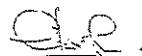
Deverá ainda ser respeitado o estabelecido no artº 16 do Decreto-Lei nº 76/2017 de 17 de agosto na sua actual redação, que altera o sistema de Defesa da Floresta contra Risco de Incêndios

Conclusão:

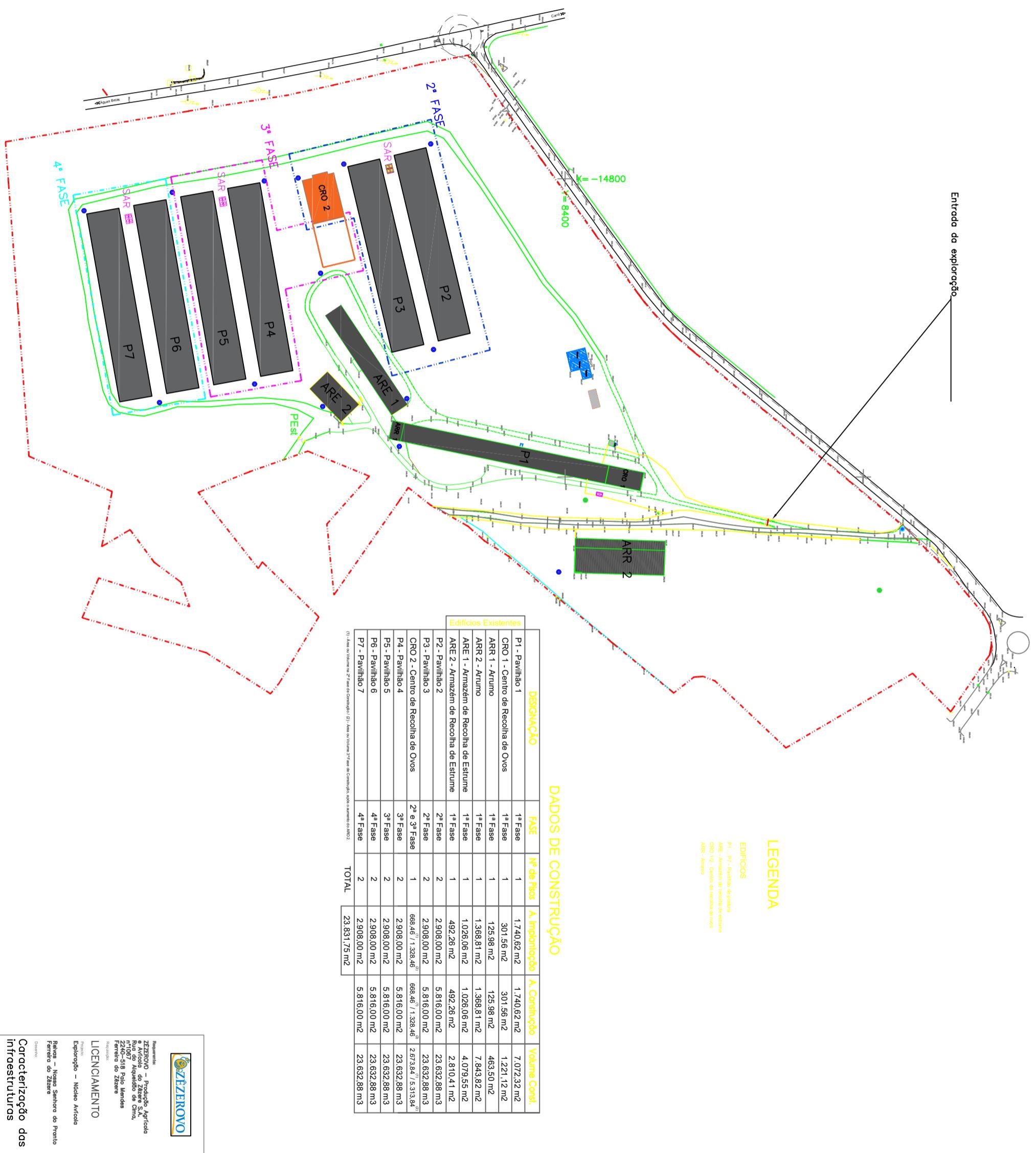
A nível de instrumentos de gestão territorial é viável a construção dos 6 pavilhões e casa de ovos desde que cumpram o disposto no plano conforme descrito acima.

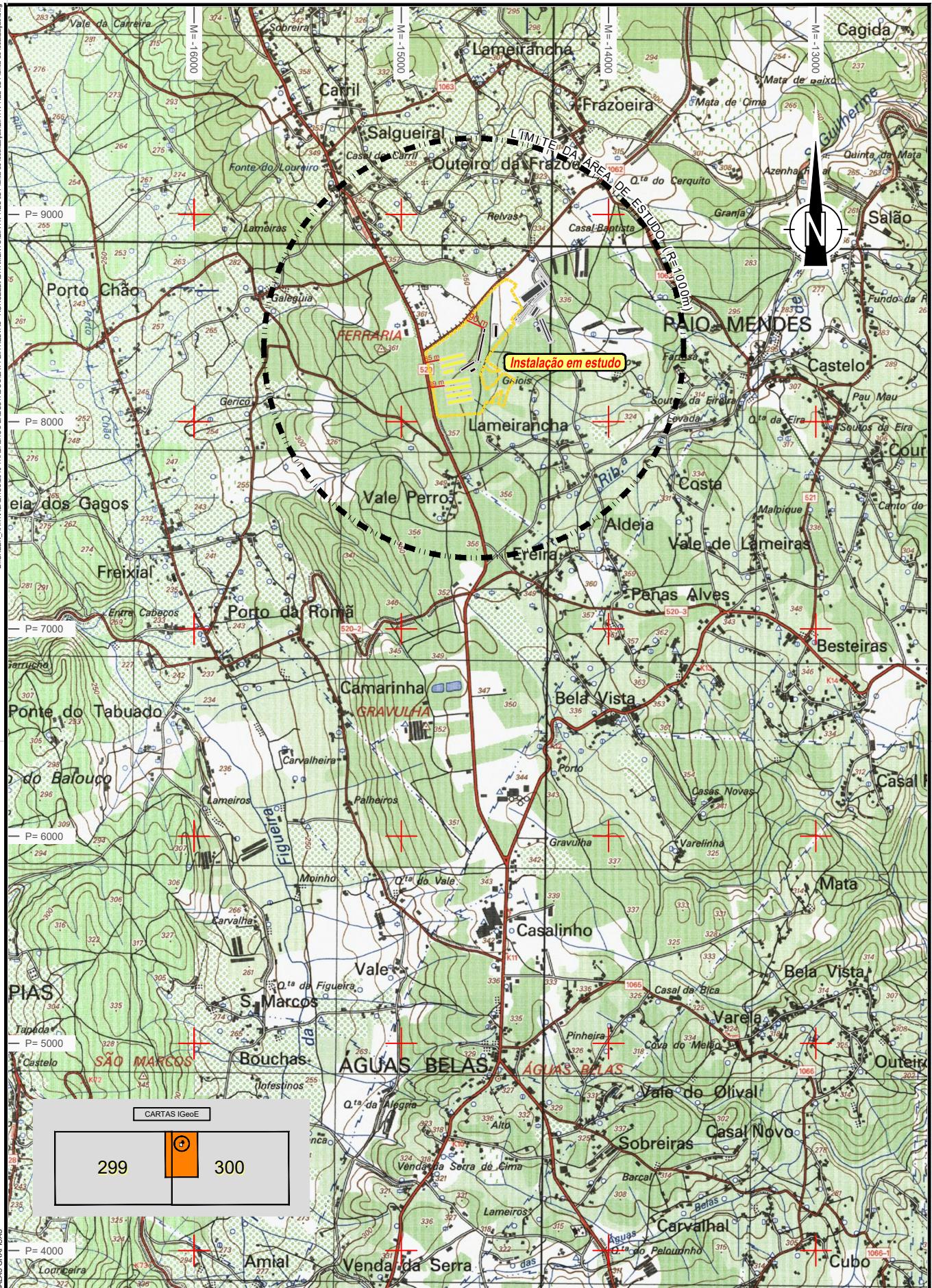
Ferreira do Zêzere, 25 Setembro 2019

À consideração superior



Elsa Cardoso, téc. sup.





Plano de Gestão de Efluentes Pecuários - PGEP

Versão 5.02 (S_N_201603241625)

Decreto Lei nº 81/2013, de 14 de Junho e Portaria nº 631/2009, de 9 de Junho

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(A preencher pela DRAP)	Nº Proc.	NºPGEP	Par.DRAPC						
1. Data de Entrada	857		Par. ARH						
			Decisão:						
2. Identificação									
Nome: Zêzerovo, S.A. - Instalação Avícola das Relvas		NIF 501686460							
		NRE 6 095 137							
Número de Processo REAP	857	Concelho:	FERREIRA DO ZÉZERE						
<table border="1"> <tr> <td>Precipitação média anual a considerar</td> <td>918</td> <td>mm/ano</td> </tr> <tr> <td>Precipitação máxima em 24 horas a considerar</td> <td>134</td> <td>mm</td> </tr> </table>		Precipitação média anual a considerar	918	mm/ano	Precipitação máxima em 24 horas a considerar	134	mm		
Precipitação média anual a considerar	918	mm/ano							
Precipitação máxima em 24 horas a considerar	134	mm							

3. Caracterização da Actividade ou Instalações onde pretende efectuar a gestão de efluentes pecuários (assinalar com X a(s) situação(ões) que se pretende caracterizar)

3.1 - Tipo de Actividade / Instalações

- Exploração pecuária produtora de efluentes pecuários, em regime intensivo, das classe 1 ou 2 com quantidade de produção de efluente superior a 200 m³ ou 200 t
- Exploração agrícola valorizadora de efluentes pecuários em quantidade superior a 200 m³ ou 200 t
- Exploração agrícola valorizadora de produtos derivados da transformação de subprodutos de origem animal ou dos fertilizantes que os contenham
- Unidade técnica de efluentes pecuários
- Unidade de compostagem de efluentes pecuários
- Unidade de produção de biogás de efluentes pecuários
- Unidade de tratamento térmico de efuentes pecuários

Indicar os nuclos de produção que integram a presente unidade de produção

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Bovinos | <input checked="" type="checkbox"/> Aves |
| <input type="checkbox"/> Ovinos/Caprinos | <input type="checkbox"/> Equídeos |
| <input type="checkbox"/> Suínos | <input type="checkbox"/> Leporídeos |

3.2 - Identificação do sistema de registo a adoptar, que reporte as operações de manutenção, de monitorização e de suporte à elaboração de relatórios anuais, quando aplicável:

Registos digital de Manutenção Geral (engloba registo periódico de todos os equipamentos presentes); Registo digital das GAR, (incluindo quantidades por GAR, destinatário, transportador, data, n.º GAR, entre outros dados)

Sistema adoptado para todas as instalações pertença da empresa quer sejam ambragidas por PCIP ou não, tratasse de controlo activo da exploração para optimização de recursos e minimização de impactos negativos.

3.3 - Produção prevista de efluentes pecuários - (Ton. ou m³)

NP	Espécie	CN	Estrumes (Ton)	Chorume (m3)	Kg de Ndsp	Kg de P2O5	Kg de K2O
	Bovinos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Suínos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Ovinos_caprinos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Aves	6741,8	14157,7	259,3	0,0	0,0	0,0
	Equideos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Leporideos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outras Espécies	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais		6742	14158	259	0	0	0
Efluentes pecuários retidos no pastoreio				0,0	0,0		
Produção Mensal esperada				1179,8	21,6		

3.4 - Capacidades de armazenamento de efluentes

3.5 - Capacidade de armazenamento de efluentes pecuários assegurada por terceiros

3.6 - Valorização Agrícola de subprodutos animais Transformados (SPOAT)

Cod	Tipo de produto	Quant.	Prev(t)	% N Ttl	Total N	% P	Total P	Observ.
1	Não aplicável							
2								
3								
4								
5								
6								
7								
		0			0		0	

4 - Encaminhamento ou Destino dos efluentes pecuários produzidos. (Selecionar as opções aplicáveis)

Quantidade (prevista/verificada)	Estrume (ton)	Chorume (m ³)	Quantidade Ndisp	Quantidade P2O5
1 Valorização agrícola na exploração C/ Base VAEP	0	0	0	0
2 Valorização agrícola por terceiros	5663,08	0		
3 Unidade de compostagem anexa à exploração		N/ Aplic.		Observ:
4 Unidade de biogás anexa à exploração				
5 Utilização como combustível na exploração		N/ Aplic.		
6 ETAR propria e descarga em meio hídrico (DL 226-A.07)	N/ Aplic.			
7 Unidade de compostagem ou de biogás autónoma	8494,62	0	Biocompost, Lda(60%)	
8 EPTAR	N/ Aplic.			
9 Incineração / coincineração em unidade autónoma		N/ Aplic.		
10 Redes colectivas de drenagem (ex. sistemas de saneamento municipais	N/ Aplic.			
11 ETAR colectiva	N/ Aplic.			
12 Outro encaminhamento ou destino				

5. Anexos

- Caracterização de Núcleo de Produção de Bovinos (NPB)
- Caracterização de Núcleo de Produção de Suínos (NPS)
- Caracterização de Núcleo de Produção de Ovinos / Caprinos (NPOC)
- Caracterização de Núcleo de Produção de Aves (NPA)
- Caracterização de Núcleo de Produção de Equideos (NPE)
- Caracterização de Núcleo de Produção de Leporídeos (NPL)
- Valorização agrícola de efluentes pecuários (VAEP)

Outros (especifique):

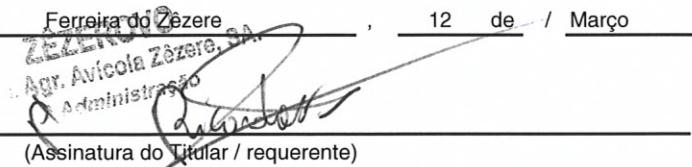
Autorização Biocompost, Lda; MDJ-Plano Produção

Memória descriptiva que inclua os seguintes itens:

- Descrição do sistema de recolha, incluindo equipamentos utilizados.
- Descrição do sistema de redução, incluindo equipamentos utilizados.
- Descrição do sistema de armazenamento, incluindo equipamentos utilizados.
- Descrição do(s) sistema(s) e equipamentos de: transporte, tratamento e transformação
- Descrição das estruturas de vedação das estruturas de armazenamento que impeça a queda de pessoas ou animais nos tanques, bem como o seu resguardo de acesso indevido.

6. Termo

Local e data

Ferreira do Zêzere , 12 de Março / de 20 20

 (Assinatura do Titular / requerente)

(Assinatura do Titular / requerente)

Plano de Gestão de Efluentes Pecuários - PGEP
Versão 5.02 (S_N_201603241625)

Caracterização do(s) Núcleo(s) de Produção de Aves (NPA)

Identificação

NIF	501686460	NIF INVALIDO	Nº Processo	857	PGEP nº	
-----	-----------	--------------	-------------	-----	---------	--

Nome da exploração : Zézero, S.A. - Instalação Avícola das Relvas

Número de Registo da exploração – NRE: 6 095 137

Capacidade do NP

Animais	Nº	CN	Nº.CN	Matérias de Cama		Pastoreio		Parque exterior		Produção prevista de efluentes pecuários							
				Tipo Prod	Kg/ Ani/mês	Mês/ano	Horas / dia	Mês/ ano	Horas / dia	▼ Estrume	%	(ton)	Ndisp (Kg/l)	Excemas (apenas Galinhas Poedeiras)	Ndsp (m³)	Ndisp (kg/m³)	P2O5 (Kg)
Galinha Poedeira (após inicio de produção)	35046	0,013	455,6											956,8	21,8		
Galinha Poedeira (após inicio de produção)	483552	0,013	6286											13201,0	21,8		
Total	518598		6742							Efl. Pecuários anual -->	0		14157,7254		0	0	0

Outros produtos ou matérias incorporados ou que alteram os efluentes pecuários

Área de exteriores impermeabilizadas (AEI)	0	m2	
Tipo/ Origem	Estrumes (T)	Chorumes (m3)	Observações
Aguas Pluviais n/ separadas	0,0	Não Aplicável
Total Material Cama utilizado (ton)	0,0	Não Aplicável
Sólidos provenientes da separação de chorume	
Aguas de Lavagem e escorrências	259,3	◀

Resumo

Fluente ►	Sólido (t)	Líquido (m3)
Total Áreas	14 157,7	259,3
Produção Média Mensal	1 179,8	21,6
Efluentes retidos no pastoreio (-)	0,0	0,0
Efluentes retidos parque exterior	0,0	0,0
Total anual para o cálculo da capacidade de retenção	14 158	259
Produção média mensal a reter	1 180	22
Nº de meses de retenção	3,9	3,0
Cap. mínima de retenção (m³)	4578	65

Observações

O estrume produzido na instalação avícola é recolhido duas vezes por semana para o armazém de estrume, devidamente coberto, fechado e impermeabilizado, sendo posteriormente enviado para as explorações agrícolas de terceiros, que efectuam a sua valorização agrícola em aproximadamente 40 % da produção total e sendo as restante, 60 % enviada para unidade de Compostagem de efluentes pecuários (Biocompost, Lda).

Quanto à capacidade mimina de retenção de efluente a instalação tem capacidade para cerca e 3,9 meses cumprindo assim com as boas práticas.

Quanto ao Chorume provindo das águas das Lavagens utilizou-se os valores descritos no despacho nº 1230/2018 para o cálculo, a saber, para cada 1000 Lugar de Galinha Poedeira equivale a 0,5 m3/ano



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÉZERE
CÂMARA MUNICIPAL
F.º Luis Ferreira
2510-315 Ferreira do Zêzere
Centro, fones: 231 216 800
Email: aguas@cm-ferreiradozezere.pt Site: www.cm-ferreiradozezere.pt

Tel: 249 360 150 • Fax: 249 360 149
E-mail: aguas@cm-ferreiradozezere.pt
Fax: 249 360 150
Site: www.cm-ferreiradozezere.pt

CÂMARA MUNICIPAL
DE
FERREIRA DO ZÉZERE
Reg. em 15/01/2019
N.º S-624

N.º CLIENTE /

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E
RECOLHA DE ÁGUAS RESIDUAIS

110283

Temporário -
Ordinário -

Nome Zêzere - Produtos Agrícolas Arálio da Zêzere S.A.

Portador do B. I. n.º 1111111111 de / / , N.º fiscal ISUAGELHNGD

celebra com o Município de Ferreira do Zêzere um contrato de fornecimento de água e recolha de águas residuais, para o local e nos termos abaixo indicados, nas condições definidas nos Regulamentos Municipais de Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Recolha de Águas Residuais^(*), às quais adere.

Local de instalação do contador

Rua, Avenida, etc. Instalação Avícola das Relvas N.º ou Lote -
Andar - Localidade Palo Mendes Cód. Postal 2240-594 Tel. 249360060
Ativo Material 5452517 Fazação _____ Freguesia Feira de São João do Penedo

O titular deste contrato declara ser Proprietário / Inquilino do local para o qual contrata os serviços.

Nos contratos para Obra e Prédios novos indicar:

N.º Processo de Construção _____ / _____ Leitura Actual (caso exista contador): _____

Nos contratos para prédios usados indicar:

Morada de envio da factura (preencher só quando diferente da morada do local de consumo):
Rua, Avenida, etc. Rua Edmundo Neto N.º apartamento 550
Andar - Localidade Palo Mendes Cód. Postal 2240-598 Freguesia Ferreira do Zêzere

Identificação do Proprietário (só para inquilinos):
Morada _____ N.º e Andar _____
Cód. Postal _____ N.º fiscal 1111111111

Tipo de consumo:

Doméstico : Comércio/Serviços : Industria ; Associação/Colectividade ; Estado : Obra

CAE: 01470 Observações: _____

Ferreira do Zêzere, 11/01/2019

Presidente da Câmara Municipal
Ferreira do Zêzere, 2019
[Signature]

O Presidente da Câmara Municipal

[Signature]

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Cod. Edifício _____ N.º / Nome anterior cliente _____ Local Consumo _____
Imposto de selo pago por gabinete _____ de _____ / _____ / _____ (facturado na primeira fatura)

Documentos: BI ; Cartão de contribuinte ; Escritura / Contrato Promessa / Contrato Arrendamento

Data _____ O funcionário _____

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

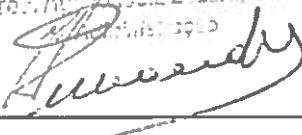
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Nome: Zéguaro - Produç. Agrícola e Artesanal, Lda. contribuinte
nº 501686416, residente em Rua Francisco Mota 550
Praia das Neves 2240 - 518 Ferreira do Zêzere
declara para os devidos efeitos que assume inteira responsabilidade pela eficiência e
boas condições das canalizações interiores para fornecimento de água ao seu prédio sito
em Rolvos 2240 - 518 Praia das Neves, freguesia
de Nossa Senhora do Ponto, concelho de Ferreira do Zêzere.

Ferreira do Zêzere, 11 de Janeiro de 2019.

Declarante

Freg. Ferreira do Zêzere





Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal

Fornecimento de Água, Recolha de Resíduos Sólidos e Saneamento

Livro: CAMARA MUNICIPAL
Reg. Ent. n.º DE FERREIRA DO ZÉZERE
Processo n.º Reg. em 15/01/2019
Registrado em N.º 570 42
O(a) Trabalhador(a):

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal

REQUERENTE

Nome: * Zéfiro - Produtor Agrícola e Artesão da telha Lote/
Endereço: * Rua Eduarda Mata N.º 550 andar:
Localidade: Alvão Mendes Código Postal: 2240-570 Concelho: Ferreira do Zêzere
Freguesia: Alvão Centro da Pintada N.º Documento de CC/BI
NIF/NIPC: S01688660 Identificação Data Nascimento: 22-06-1952 Tipo de Documento: Passaporte
Válido até: 22-6-2022 Telefone: 24936000 Fax: 24936006
Correio Eletrónico (E-mail): jeffr0n@effr0n.pt
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT):

REPRESENTANTE

Nome: Sergio José Rodrigues Faria Lote/
Endereço: Cháus da Serra N.º andar:
Localidade: Cháus da Serra Código Postal: -
Freguesia: Alvalade Concelho: -
NIF/NIPC: A13782926 N.º Documento de CC/BI
Identificação: 021974112 Tipo de Documento: Passaporte
Válido até: 22-6-2022 Data Nascimento: 17-12-1952 Telefone: - Fax: -
Correio Eletrónico (E-mail): jeffr0n@effr0n.pt
Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT):
Na qualidade de: Representante Legal Mandatário
 Gestor de Negócios Outra (indique):

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Consinto que as notificações/ comunicações possam ser efetuadas via:

- Correio Eletrónico (E-Mail)
 Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT)
 Telefone Fax
 Requerente
 Representante
 Outra morada (por favor, indique):

As notificações/comunicações feitas por via postal deverão ser enviadas para a seguinte morada: (Requerente caso omisso)*

Lote/
Endereço: _____ N.º andar: _____

Localidade: _____ Código Postal: _____

PEDIDO

Requer a V. Exa. o fornecimento de água, recolha de resíduos sólidos e recolha e tratamento de águas residuais.

Qualidade do requerente:

- Comproprietário Inquilino Locatário
 Mandatário Proprietário Superficiário
 Titular de qualquer direito ou interesse que legitime a pretensão Titular do direito de uso e habitação

Tipo de Consumidor:

- Doméstico Comercio e Industria Obras

Morada de Execução

Endereço: Instalues Aríola das Ribeiras

N.º 0 Lote/ andar/

Localidade Ribeira

Código Postal 2240-341 País Portugal

Freguesia Vila de Ferreira do Zêzere

Artigo Matricial 545 2517

Fração

Leitura atual (caso exista contador):

Nos contratos para Obra e Prédios novos indicar:

N.º Processo de Construção:

Forma de pagamento

- Débito Direto Outras Alternativas

IBAN para débito direto:

BIC:

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

EXISTE JÁ UM CONTRATO DE SANEAMENTO EM
NOME DA FERREIRA, S.A. QUE DEVERÁ TRANSITAR PARA ZEZERE, S.A.
CONFORME SE ANEXA REQUERIMENTO ASSINADO PELO ZEZERE, S.A. (CONDICÕES NÃO MELHORADAS)
DEVERÁ TRANSITAR ZEZERE, S.A. (CONDICÕES MELHORADAS)

DOCUMENTOS A ENTREGAR

Para o efeito, junta/exibe os documentos que se elencam:

Documento(s) de Identificação:

- Requerente - Pessoa Singular: Cartão de Cidadão ou B.I. e Cartão de Contribuinte; Outros documento(s) comprovativo(s) de identificação
 Requerente - Pessoa Coletiva: Cartão de pessoa coletiva/Cartão de Empresa;
 Certidão Comercial Permanente ou Código de Acesso à Certidão Comercial Permanente;

 Outros documento(s) comprovativo(s) de identificação da Entidade;
 Representante – Documento comprovativo da qualidade de representante ou código de consulta



Município de Ferreira do Zêzere

Câmara Municipal

da procuração online:

Outros:

FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO ENTREGA DE ELEMENTOS

O subscritor, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade e estão de acordo com a legislação e regulamentos em vigor.

Pede deferimento, 11/01/2019

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar)

Conferi a identificação do(a)
Requerente/Representante através dos
documentos de identificação.

O(A) trabalhador(a)

Diretor do Procedimento: _____ Chefe da Divisão de Administração e Serviços Instrumentais

Telefone: 249360150

E-mail: geral@cm-ferreiradozezere.pt

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório - Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se ao tratamento e gestão de processos autárquicos em que o cidadão é diretamente interessado, encontrando-se publicitados os direitos de informação do titular no site do Município. Os titulares dos dados podem aceder à informação relativa ao andamento dos respetivos processos e solicitar por escrito, junto do Município de Ferreira de Zêzere, a sua atualização ou correção.)

RESOLUÇÃO
Pode satisfazer-se o pedido, depois de efectuados os respectivos pagamentos.
<hr/> <hr/>
Em _____ / _____ / 200_____
0 _____
<hr/> <hr/>

REGISTO DE ENTRADA
N.º <u>562</u> Liv.º _____
Proc.º N.º _____
Em <u>15/01/2019</u>
O Func.º <u>82</u>
2019/450.10.204/36

Ex.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Torres Vedras

ASSUNTO: RAMAL DE LIGAÇÃO DE ÁGUA

(1) Teixeira - Pedro António e Agusto Teixeira, estado civil —, profissão —, contribuinte fiscal n.º S1686160, com residência n.º Casa Edmundo Mota, n.º 55, Pato Mendes, n.º 552, ^o andar, na localidade de Pato Mendes, (código postal 2240-518, freguesia de Fernam do Zêzere, telef. 24436065), freguesia de Fernam do Zêzere, município de Fernam do Zêzere, vem requerer a V. Ex.º, na qualidade de proprietário usufruidor, que mande executar o ramal de ligação de água ao prédio situado n.º Casa Belvés 2240-518 Pato Mendes, n.º —, ^o andar, na localidade de Belvés 2240-518 Pato Mendes, freguesia de Fernam do Zêzere, o que confronta do norte com Fernam do Zêzere, do sul com Amorim Pardesca e Couto, do nascente com Fernam do Zêzere, e do poente com Fernam do Zêzere, com vista ao abastecimento de água para (1) Instituto Social da Vila Arízola.

Declara que se compromete a depositar antecipadamente a importância necessária para o efeito e a sujeitar-se às disposições do Regulamento de Abastecimento de Água ao Concelho e das disposições legais aplicáveis.

Junta os seguintes documentos, que assinala :

- Caderneta matricial com o n.º _____ da referida freguesia.
- Declaração modelo 129, registada na repartição de finanças em _____ / _____ / 200_____.
 - Carteiras Matriciais: 545 e 517

Pede deferimento.

Fernam do Zêzere

11 de Janeiro de 2019

O requerente.

José Gomes

Verifiquei o(s) documento(s) assinalado(s). Em _____ / _____ / 200 _____. O Func.º _____

Requisição n.º _____, de _____ / _____ / 200_____. Processo n.º _____

Ordem de Serviço n.º _____, de _____ / _____ / 200_____. Consumidor n.º _____



ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Nº 007/2016

(S01856-201602)

Nos termos do Artigo 33º do Decreto-Lei n.º 178/2006, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, e da Portaria n.º 50/2007, de 9 de janeiro, é emitido o presente alvará de licença à empresa

Plenavia - Construção e Conservação de Vias e Valorização Ambiental, Lda.

com o NIPC 505 886 154, para a instalação sítia em Casal da Varela, freguesia de Águas Belas e concelho de Ferreira do Zêzere, para realizar a seguinte operação de gestão de resíduos:

Receção, triagem, tratamento mecânico e armazenagem de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

A realização das operações de gestão de resíduos fica sujeita à execução do projeto aprovado e das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

O presente alvará de licença é válido de 09 de fevereiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2021.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016.

O Vice-Presidente

Fernando Ferreira



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 · 1250-009 Lisboa
Rua Zéforino Brandão · 2005-240 Santarém
Rua de Cambões, 85 · 2500-174 Caídas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt · geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 · Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 · Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 · Fax 262 842 537

Publicada na Decisão da Comissão 2014/955/EU, de 18 de dezembro de 2014;

2 - Tipo de residuos abrangidos e respeitivos códigos LER de acordo com a lista Europeia de Resíduos

(ii) Pode incluir operações preliminares anteriores à valORIZAÇÃO, incluindo o pre-PROCESSAMENTO, tais como o desmantelamento, a tragedem, a nutritagem, a compacagem, a pelotização, a secagem, a fragmentação, o acionamento, a reembalagem, a separação e a mistura antes de qualquer das operações enumeradas de R1 a R11.

D15 - Armazenaamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14.

R13 - Armazenagem de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12.

R12 - Tocas de residuos com vista a submeter-las a uma das operações enumeradas de R1 a R11

R5 - Reciclagem/recuperação de outros materiais inorgânicos

Demolicão (RCB) e resíduos inertes.

As operações de gestão em causa consistem na receção, triagem e tratamento mecânico (britagem e separação da frágao interna, devidamente certificadas) e armazenagem de Resíduos de Construção e

178/2006, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

1 - Obrágações objecto da licença e respetivos codigos D e R, publicados no Anexo I e II do Decreto-Lei n.º

pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

O presente Alvará e concedido a Empresa Plenariva - Construções e Conservação de Vias e Valorizaçao Ambiental, Lda., na sequencia do pedido de renovação do licenciamento para operações de gestão de resíduos, ao abrigo do artigo 35º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a redação conferida

Especificações anexas ao Alvará nº 007/2016

LER	Designação	Operações de valorização e/ou eliminação
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidos em 17 01 06	
17 02 01	Madeira	
17 02 02	Vidro	R12/R13
17 02 03	Plástico	
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	R5
17 04 01	Cobre, bronze e latão	
17 04 02	Alumínio	
17 04 03	Chumbo	
17 04 04	Zincos	
17 04 05	Ferro e aço	
17 04 06	Estanho	R12/R13
17 04 07	Mistura de metais	
17 04 11	Cabos não abrangidos em 17 04 10	
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03	
17 05 06	Lamas de dragagem não abrangidas em 17 05 05	
17 05 08	Balastros de linhas de caminho de ferro não abrangidos em 17 05 07	R5
17 06 04	Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03	
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01	
17 09 04	Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	
19 12 01	Papel e cartão	R12/R13/D15
19 12 02	Metais ferrosos	
19 12 03	Metais não ferrosos	
19 12 04	Plástico e borracha	
19 12 05	Vidro	
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 06	
20 01 01	Papel e cartão	
20 01 02	Vidro	
20 01 38	Madeira não abrangida em 20 01 37	R12/R13
20 01 39	Plásticos	
20 01 40	Metais	
20 02 01	Resíduos biodegradáveis	
20 02 02	Terras e pedras	R13/D15

3 - Capacidade da instalação.

A capacidade Instantânea:

- R12/R13 (triagem e armazenagem de resíduos não perigosos com destino à valorização) - 150 t/mês
- R5 (valorização de RCD e resíduos inertes) - 100 t/h (12345 t/mês)
- D15 (armazenagem de resíduos não perigosos com destino à eliminação) - 5 t/mês

A capacidade Anual:

- R12/R13 - 1800 t/ano
- R5 - 148140 t
- D15 - 60 t





CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

ESTADO: Emitido

DATA DO DOCUMENTO: 04/04/2019

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



TUA

TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.

O TUA comprehende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.

DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20180215000310 - EA
REGIME	PCIP
REQUERENTE	RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A.
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	502168021
ESTABELECIMENTO	RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A.
LOCALIZAÇÃO	Av. António Farinha Pereira Olho de Boi
	38321 - Valorização de resíduos metálicos
CAE	46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos 38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida 38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida

CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



EXPLORAÇÃO



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

ESTADO: Emitido

DATA DO DOCUMENTO: 04/04/2019



Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



ENQUADRAMENTO

SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
OGR-RGGR-Regime geral	PL20170626001648	X	X	Aprovação de projeto (Artº 36 do RGGR)	15-02-2018	15-02-2020	-	Sim	Favorável	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
OGR-RGGR-Regime geral	VP20180323000050	X	X	Artigo 30º RGGR-	28-08-2018	27-08-2023	-	Sim	Favorável	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
PCIP	PL20170626001648	X	X	Categoria 5.3 b) iv) (desmantelamento de resíduos metálicos) e 5.5. (armazenamento de resíduos perigosos)do Anexo I do Diploma REI. Capacidade instalada: 5.3. b) iv) - 1560 ton/dia e 5.5. - 52 toneladas.	16-08-2018	14-08-2026	-	Sim	Favorável condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente



LOCALIZAÇÃO

Confrontações

Norte

Sul



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Este

Oeste

Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m ²)	29400.00
Área coberta (m ²)	4374.00
Área total (m ²)	36520.00

Localização

Localização	Zona Mista (Urbana/Industrial/Rural)
-------------	--------------------------------------



EXPLORAÇÃO

Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Registrar o número de horas de funcionamento anual da instalação, discriminando o número de horas em produção efetiva e em limpeza/manutenção (evidenciado as diferentes etapas de processo).	Período de exploração	RAA
Registrar o número de horas correspondente a situações de funcionamento deficiente ou avaria nos sistemas/equipamentos de retenção, drenagem, tratamento e/ou controlo de emissões para os diferentes meios (emissões para o ar, produção de águas residuais, etc.).	Período de exploração	RAA
Registrar os procedimentos adotados para as operações de manutenção e limpeza dos equipamentos, nomeadamente os que integram os processos produtivos, com indicação de data(s) ou período(s) em que ocorreram e do encaminhamento dado às substâncias geradas (matérias-primas, produtos, efluentes líquidos, resíduos, etc.).	Período de exploração	RAA
Explicitar e registrar os procedimentos de manutenção dos sistemas de retenção, drenagem, tratamento e controlo de emissões existentes na instalação, com indicação de data(s) ou período(s) em que ocorreram e do encaminhamento dado às substâncias geradas, de modo a permitir mantê-las a um nível de eficiência elevado e assegurando os respetivos períodos de indisponibilidade ao tempo mínimo possível.	Período de exploração	RAA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Registar os acontecimentos, respetivas consequências e ações corretivas, caso ocorra um acidente ou incidente.	Período de exploração	RAA
Registar os acontecimentos, respetivas consequências e ações corretivas, caso se verifique incumprimento das condições do TUA.	Período de exploração	RAA
Registar o número e a natureza de queixas e/ou reclamações recebidas.	Período de exploração	RAA
Efetuar a análise detalhada e sistematização dos diferentes fluxos de processo, incluindo balanços de massa.	Período de exploração	RAA

Medidas / Condições específicas a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Apresentar ponto de situação do grau de implementação de melhores técnicas disponíveis (MTD) previstas no BREF sectorial ("BREF WT") e/ou das medidas técnicas equivalentes; apresentar evidências da manutenção da adequada implementação das referidas técnicas (vide Anexo - MTD BREF WT).	Período de exploração	RAA
Apresentar ponto de situação do grau de implementação das MTD previstas nos documentos transversais aplicáveis (nomeadamente BREF EFS/REF ENE/BREF ROM) e/ou das medidas técnicas equivalentes; apresentar evidências da manutenção da adequada implementação das referidas técnicas.	Período de exploração	RAA
Elaborar o relatório de base, de acordo com as Diretrizes da Comissão Europeia respeitantes aos relatórios de base - Comunicação da Comissão 2014/C 136/03, JOUE de 06.05.2014 - a documentação submetida pelo operador neste âmbito (avaliação das substâncias perigosas relevantes), encontra-se ainda em análise, não sendo ainda possível concluir se a instalação se encontra em condições de usufruir da dispensa de apresentação do Relatório de Base previsto no Artigo 42º do diploma REI. A conclusão desta análise, será aditada ao TUA.	Relatório de Avaliação da Necessidade de Elaboração de Relatório de Base - em avaliação	Relatório de Base (RB), caso venha a ser decidido pela APA
Requerer a atualização das condições de licenciamento no prazo máximo de 4 anos após a publicação das conclusões MTD referentes à atividade principal da instalação (BREF WT).	4 anos após a publicação das Conclusões MTD (período de adaptação)	RAA

Matérias-primas e/ou subsidiárias / produtos

Medidas / Condições a cumprir relativamente a matérias-primas e/ou subsidiárias

Matéria(s)-prima(s) e ou subsidiária (s)	Medida / Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
	Registrar o consumo mensal/anual de matérias-primas e reagentes consumidos.	Período de exploração	RAA
	Registrar a quantidade mensal efetivada de tratamento de resíduos (expressos, por exemplo, em tonelada de resíduos sujeitos a tratamento/mês) e quantidade diária máxima anual de resíduos sujeitos a tratamento.	Período de exploração	RAA

Ar


CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Ar - Emissões pontuais

Caraterização das fontes de emissão pontual

Código da fonte	Código interno	N.º de cadastro /identificação da fonte atribuído pela CCDR	Identificação das unidades contribuintes para a fonte	Potência térmica nominal (MWt)	Combustível	Método de tratamento /redução - descrição STEG	Eficiência (%)	Parâmetro
FF1	F1		Fragmentador com separador de metais		Não aplicável	Lavador de gases		
FF2	F2		Fragmentador com separador de metais		Não aplicável	Filtro de mangas		
FF3	CH1		Linha de Trituração de cabos elétricos		Não aplicável	Filtro de mangas		
FF4	CH2		Linha de Trituração de cabos elétricos		Não aplicável	Filtro de mangas		
FF5	CH3		Linha de Trituração de cabos elétricos		Não aplicável	Filtro de mangas		
FF6	CH4		Linha de Trituração de cabos elétricos		Não aplicável	Filtro de mangas		

Monitorização das fontes de emissão pontual

Código da fonte	Parâmetro	Valor limite de emissão ou emissão específica	Unidade	Frequência de monitorização	Período de referência	Teor O2 de referência	Métodos de medição	Condições cumprimento
FF1 a FF6	Partículas totais em suspensão (PTS)	20	mg/Nm3	2x por ano				
FF1 a FF6	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos (COVNM)	20	mg/Nm3	2x por ano				
FF1 a FF6	Metais I (Cádmio, Mercúrio, Tálio)	0,2	mg/Nm3	2x por ano				
FF1 a FF6	Metais II (Arsénio, Níquel, Selénio, Telúrio)	1	mg/Nm3	2x por ano				
FF1 a FF6	Metais III (Platina, Vanádio, Chumbo, Crómio, Cobre, Antimónio, Estanho, Manganês, Paládio, Zinco)	5	mg/Nm3	2x por ano				



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Medidas / Condições a cumprir relativamente às fontes de emissão pontual

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Registrar o número de horas de funcionamento, associado a cada fonte de emissão de poluentes para a atmosfera	Período de exploração	RAA
Efetuar a avaliação detalhada das eficiências de redução dos sistemas de tratamento de efluentes gasosos (STEG) instalados (filtros de mangas e lavadores de gases) e, caso aplicável, reavaliar a necessidade de implementação de STEG adicionais. No RAA deve ser incluída cópia de relatório das ações de inspeção aos sistemas de tratamento (lavador de gás e filtros de mangas), evidenciando que são efetuadas as necessárias ações de manutenção/afinação do equipamento/origem da emissão, por forma ao cumprimento dos VLE.	Período de exploração	PDA e RAA
Identificar, para cada parâmetro a monitorizar: os valores de concentração medidos (procedendo a uma comparação com os VLE), os caudais mássicos e a respetiva carga poluente (expressa em ton ou kg/ano), incluindo a metodologia seguida para o cálculo de todos os valores apresentados.	Período de exploração	RAA
Adotar boas práticas e medidas de minimização das emissões pontuais, durante o funcionamento normal e nos arranques e paragem.	Período de exploração	RAA
O operador deve adaptar-se aos requisitos e obrigações constantes do Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho de 2018, relativo ao regime de emissões para o ar nos prazos aí definidos.	Período de exploração	

Emissões difusas

Medidas / Condições a cumprir para as emissões difusas

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Apresentar relatório síntese sobre as boas práticas e medidas adotadas para a minimização das emissões difusas na instalação, em especial nas atividades de tratamento e armazenamento de resíduos.	Período de exploração	RAA
Deverão ser adotadas todas as medidas adequadas ao nível do funcionamento e manutenção dos sistemas de tratamento de efluentes gasosos, assegurando, como parte integrante do plano geral de manutenção da instalação, a realização de operações de inspeção e de manutenção periódicas a este equipamento. Sempre que sejam efetuadas estas operações de manutenção deverá ser realizado um relatório sobre o referido controlo.	Período de exploração	RAA

Energia

Medidas / Condições a cumprir relativamente à energia

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Para as diferentes formas de energia utilizadas na instalação, registar o consumo específico mensal e anual de energia - quantidade de energia consumida (KWh) por quantidade de produto acabado (t). Deverá ser explicitada a forma de cálculo dos valores apresentados.	Período de exploração	RAA
Efetuar a avaliação das medidas tomadas e resultados alcançados para otimizar os consumos de energia na instalação.	Período de exploração	RAA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

RH

RH - Captação

Medidas / Condições a cumprir relativamente às captações de água

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Registrar o consumo mensal/anual de água da rede pública, discriminando por utilizações (processo industrial, lavagens, etc.)	Período de exploração	RAA
Avaliar medidas tomadas e resultados alcançados para otimizar os consumos de água.	Período de exploração	RAA
Relativamente à captação de água subterrânea, dar cumprimento às condições gerais e específicas previstas na Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos (vide Anexo - TURH-AC1).	Período de exploração	RAA

RH - rejeição em coletor

Medidas / Condições a cumprir relativamente à rejeição de águas residuais em coletor

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Apresentar um relatório síntese com o volume mensal das descargas de águas residuais domésticas efetuadas no ponto de descarga correspondente (ED1).	Período de exploração	RAA
Apresentar um relatório síntese com o volume mensal de águas residuais industriais (incluindo as águas pluviais potencialmente contaminadas, tratadas nos separadores de hidrocarbonetos), e com os volumes mensais das descargas efetuadas no ponto de descarga correspondente (ED1).	Período de exploração	RAA
Para cada parâmetro monitorizado, deverá ser apresentado, para além dos valores de concentração medidos, a respetiva carga poluente (expressa em massa /unidade de tempo).	Período de exploração	RAA
Sempre que se verifiquem alterações nas condições de descarga impostas à instalação pela entidade gestora do sistema de recolha e tratamento das águas residuais, deverá ser incluída cópia dos documentos relevantes no RAA respetivo.	Período de exploração	RAA

Reutilização de águas residuais

Medidas / Condições a cumprir relativa a reutilização de águas residuais

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Registrar o volume específico mensal/anual de águas recirculadas na instalação.	Período de exploração	RAA

Resíduos




CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Resíduos gerados na atividade

Medidas / Condições a cumprir relativamente aos resíduos gerados na atividade

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Sistematizar os quantitativos de resíduos/ LER gerados no processo produtivo evidenciando a etapa onde são produzidos.	Período de exploração	RAA
Promover a valorização de resíduos por fluxos ou fileiras.	Período de exploração	RAA

Resíduos admissíveis

Medidas / Condições a cumprir relativamente aos resíduos admissíveis

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
A instalação deverá cumprir as condições estabelecidas no Decreto-Lei n.º 73 /2011, de 17 de junho, ou outra legislação aplicável à atividade.	Período de exploração	RAA
O armazenamento temporário dos resíduos rececionados e produzidos na instalação deverá cumprir as seguintes condições:	Período de exploração	
- O armazenamento deverá ser efetuado de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente nem para a saúde humana e de forma a evitar a possibilidade de derrame, incêndio ou explosão, devendo ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade ao(s) resíduo(s) e que estão, regra geral, associadas com as características de perigo da substância (ou mistura de substâncias) perigosa(s) presentes no resíduo em questão;	Período de exploração	
- Os locais destinados a esse efeito deverão encontrar-se devidamente impermeabilizados, sendo prevista a contenção/retenção de eventuais escorrências/derrames de modo a evitar a possibilidade de dispersão, devendo ser tomadas todas as medidas conducentes à minimização dos riscos de contaminação de solos e águas;	Período de exploração	
- O armazenamento de resíduos deverá ter em consideração a classificação do resíduo em termos da LER, as suas características físicas e químicas, bem como as características que lhe conferem perigosidade;	Período de exploração	
- Cada contentor deverá ter um rótulo indelével e permanente onde conste a identificação dos resíduos, de acordo com a LER e a classe de perigosidade se for possível, o produtor do resíduo e, quando possível, o local de produção, as características que lhe conferem perigosidade, se for o caso, e a quantidade;	Período de exploração	
- Os resíduos deverão ser armazenados de forma que seja, sempre possível, e em qualquer altura, detetar derrames e fugas;	Período de exploração	
- Deverá também ser assegurada a adequada ventilação dos locais de armazenagem;	Período de exploração	
- Deverá ser dada especial atenção, entre outros aspectos, à resistência, estado de conservação e capacidade de contenção das embalagens em que os resíduos são acondicionados/armazenados, bem como às questões relacionadas com o empilhamento dessas embalagens (ex: bidões);	Período de exploração	
- O armazenamento temporário de resíduos em contentores, barricas, bidões ou outros em altura não deverá ultrapassar as 3 paletes, devendo as pilhas ser arrumadas de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação.	Período de exploração	
- O armazenamento de óleos usados deverá cumprir com o estipulado no Decreto-	Período de exploração	



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
----------------------------	------------------------	-----------------------------

Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação.

- O armazenamento de REEE deverá cumprir com o estipulado no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação. Período de exploração
- O armazenamento de VFV deverá cumprir com o estipulado no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação. Período de exploração

Ruido

Medidas / Condições a cumprir relativamente ao ruído

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
----------------------------	------------------------	-----------------------------

Realizar avaliação de ruído e apresentar o respetivo relatório de ensaio, se: tiverem sido registadas reclamações relativas a ruído; ocorrerem alterações na instalação que possam ter interferência direta com os níveis sonoros anteriormente existentes; o aumento de equipamentos com emissões sonoras para o exterior; o aumento do número de horas de funcionamento de equipamentos ou alteração da sua disposição, que faça prever o aumento do nível sonoro no(s) receptor(es) sensível(eis).

Caso da avaliação de ruído se conclua que é necessário proceder à implementação de medidas de minimização, deverá(ão) posteriormente ser efetuada(s) nova(s) caracterização(ões) de ruído, de forma a verificar o cumprimento dos critérios de incomodidade e de exposição máxima.

- Período de exploração RAA
- Período de exploração RAA



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO

Medidas / Condições a cumprir relativamente ao encerramento e ou desativação da instalação

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
----------------------------	------------------------	-----------------------------

Elaborar e submeter o plano de desativação total ou parcial da instalação para aprovação.

Aquando da previsão de cessação definitiva total ou parcial da instalação (com 6 meses de antecedência). Plano de desativação total ou parcial

Elaborar e submeter o relatório final de conclusão do plano de desativação total ou parcial da instalação para aprovação.

Aquando da conclusão da desativação de acordo com o plano previamente aprovado Relatório final de conclusão do plano de desativação total ou parcial




CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Comunicações a efetuar à Administração

Tipo de informação/Parâmetros	Formato de reporte	Data de reporte	Entidade
Relatório Ambiental Anual (RAA)	Formato digital até 10 MB ou através de plataforma online de transferência de ficheiros para o email: ippc@apambiente.pt	RAA a remeter até 30 de abril de cada ano.	APA
Relatório de base	Formato digital até 10 MB ou através de plataforma online de transferência de ficheiros para o email ippc@apambiente.pt. Diretrizes da Comissão Europeia respeitantes aos relatórios de base - Comunicação da Comissão 2014/C 136/03, JOUE de 06.05.2014	Aguardar parecer da APA quanto ao Relatório de Avaliação de Necessidade de Relatório de Base.	APA
Mapa Integrado de Registo de Resíduos - MIRR	SILIAMB	31 de março do ano seguinte àquele que se reportam os dados	APA
Plano de Desativação total ou parcial	Formato digital ou qualquer via disponível que se mostre eficiente	Aquando da previsão de cessação definitiva total ou parcial das atividades - com 6 meses de antecedência.	APA
Relatório Final de Conclusão do Plano de Desativação total ou parcial	Formato digital ou qualquer via disponível que se mostre eficiente	Aquando da conclusão da desativação de acordo com o plano previamente aprovado	APA
Situações de emergência (acidentes e incidentes)	Formato digital ou qualquer via disponível que se mostre eficiente	Comunicação no prazo máximo de 48 horas após a ocorrência; Relatório num prazo de 15 dias após a ocorrência.	APA, IGAMAOT, EC
Situações de incumprimento de condições do TUA	Formato digital ou qualquer via disponível que se mostre eficiente	Comunicação no prazo máximo de 48 horas após a ocorrência; Relatório num prazo de 15 dias após a ocorrência.	APA, EC
Plano de Desempenho Ambiental (PDA)	Formato digital até 10 MB ou através de plataforma online de transferência de ficheiros para o email: ippc@apambiente.pt	6 meses após a emissão do TUA	APA



ANEXOS TUA

Anexos



CÓDIGO DOCUMENTO: D20180828026850
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 4c23-bcce-2878-4d20

ESTADO: Emitido
DATA DO DOCUMENTO: 04/04/2019

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



Código	Anexo	Descrição
C024805	Anexo - TURH-AC1.pdf	Anexo - TURH-AC1
C024806	Anexo - MTD BREF WT.pdf	Anexo - MTD BREF WT
C024807	Anexo - Memória descritiva da instalação.pdf	Anexo - Memória descritiva da instalação



RECIBIDO 19 OUT. 2009

Exmos. Senhores

RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A.
Av António Farinha Pereira, Olho de Boi, Apart 11
2204-906 Alferrarede

2009 OUT 13 11226

V/Referência:
Requerimento, datado de

V/Comunicação:

03-06-2009

N/Referência:
GMAT - 1414-OFI-2009

N/Processo: ARHT/GMAT/1700.09/T/TU
(55098)

ASSUNTO: Autorização de utilização dos recursos hídricos para pesquisa e captação de águas subterrâneas nº ARHT/3641.09/T/A.CA.F em Alferrarede, Abrantes

Relativamente ao assunto em epígrafe envia-se em anexo a **Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Pesquisa e Captação de Águas Subterrâneas**. Qualquer alteração às condições referidas neste documento deverá ser previamente submetida à consideração deste Serviço.

Mais se informa V. Ex.^a que, caso haja alguma alteração ao regime de exploração da captação deverá a mesma ser comunicada a este Serviço.

A captação que deixe de ter a função para que foi inicialmente constituída deve ser desactivada no prazo de 15 dias após a cessação da sua exploração e selada de acordo com os procedimentos que este Serviço venha a indicar, tal como é referido no art. 46º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio. A cessação, bem como a interrupção prolongada da exploração de Águas Subterrâneas, deverá de igual modo ser comunicada a este Serviço.

Com os melhores cumprimentos,

Φ / O Presidente
/

Manuel Lacerda

Anexo: Autorização de utilização dos recursos hídricos para pesquisa e captação de águas subterrâneas
nº ARHT/3641.09/T/A.CA.F

CB/

-OFI-2009

Carlos Alberto Cuneto
Carlos Alberto Cuneto
Director do Departamento de
Recursos Hídricos Interiores

1/1





Processo nº: ARHT/GMAT/1700.09/T/TU
Emitida em: 6/10/2009



AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA ARHT/3641.09/T/A.C.A.F

Emitida nos termos do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio

I – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

Nome/Denominação social RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A., identificação fiscal n.º 502168021, cartão de cidadão/bilhete de identidade n.º ---, válido até/emitido em ---, pelo arquivo de identificação de ---, com residência/sede em Av António Farinha Pereira, Olho de Boi, Apartado 11, código postal 2204-906 Alferrarede, na localidade de Alferrarede, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes, telefone 241361597, telemóvel ---, fax 241365267, e-mail ---

II – LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Local Olho de Boi Freguesia Alferrarede Concelho Abrantes

Carta militar n.º: 331 (1:25 000) Coordenadas Hayford-Gauss Militares (metros): M = 195720 P = 279584

Bacia Hidrográfica Tejo Sub-bacia

Sistema Aquífero Maciço Antigo Indiferenciado

Massa de água

Classificação do estado da massa de água nos termos da legislação em vigor

Designada como nos termos de

III – CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

1- Tipo

Tipo: furo vertical furo horizontal poço mina galeria outro

2- Uso

particular colectivo

Captação: principal reforço reserva substituição da captação

3- Finalidade

consumo humano rega actividade industrial actividade de recreio ou de lazer

outro

4- Características

Método de perfuração:

rotopercussão percussão rotary com circulação inversa rotary com circulação directa

outro

Perfuração:

Profundidade/comprimento máxima/o (m) 54 Diâmetro máximo (mm) 300

Cimentação anular até à profundidade de (m)

Revestimento:

Tipo PVC diâmetro da coluna (mm) 180



6

5- Equipamento de extração instalado

Tipo Eléctrico Potência (CV) 1.5 Caudal de exploração (l/s) 1 Profundidade de instalação (m)

6- Regime de exploração

Caudal máximo instantâneo (l/s) 1 Volume máximo anual (m³) Volume médio anual (m³) 30000

Volume máximo mensal para o mês de maior consumo (m³) 2500 Mês de maior consumo Julho

N.º horas/dia em extração N.º dias/mês em extração N.º meses/ano

IV – EMPRESA DE SONDAZENS RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Identificação Luís Fernando da Silva Rodrigues Licença nº

V – CONDIÇÕES GERAIS

- 1^a Esta autorização será exclusivamente utilizada para a captação de águas subterrâneas, para rega e actividade industrial, no local e nas condições indicadas, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 2^a O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente autorização, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente autorização sejam aplicáveis.
- 3^a Para efeitos de fiscalização ou inspecção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, este título, bem como o acesso à área onde se está a executar a pesquisa ou onde existe a captação e equipamentos a ela associados.
- 4^a As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão deste título, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 5^a A presente autorização pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º, 29º e 32º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 6^a Este título só poderá ser transmitido mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 7^a Esta autorização cessa nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 8^a O titular é obrigado a implementar as medidas adequadas à protecção e manutenção da captação.
- 9^a O titular desta autorização fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente que afecte o estado das águas.
- 10^a Em caso de incumprimento da presente autorização, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 11^a O titular deverá respeitar o regime de exploração acima descrito.
- 12^a Pela utilização das águas sujeitas a planeamento e gestão públicos é devida a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) conforme dispõe o nº 2, do artigo 77º da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, e nos termos do Decreto-Lei nº 97/2008, de 11 de Junho.
- 13^a O titular desta autorização deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

VI – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 1^a O titular deverá respeitar outras utilizações devidamente tituladas, bem como quaisquer restrições de utilização local dos recursos hídricos.
- 2^a O titular obriga-se a manter a obra e os equipamentos instalados em bom estado de conservação e limpeza.
- 3^a O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das actividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.
- 4^a O titular obriga-se a delimitar e a sinalizar o local de modo a garantir a segurança de pessoas e bens.
- 5^a Os poços ou furos de pesquisa e eventual captação de águas repuxantes são, sempre que possível, munidos de dispositivos que impeçam o desperdício da água.
- 6^a Na tampa de protecção do furo ou poço, antes e depois de equipado, deve ser aberto um orifício de diâmetro não inferior a 20 milímetros com ligação a um tubo piezométrico, obturado por um bujão, destinado a permitir a introdução de aparelhos de medida dos níveis da água.
- 7^a Este título obriga à instalação de um sistema de medida (contador), que permita conhecer com rigor os volumes totais de água extraídos, quando o volume máximo mensal autorizado é igual ou superior a 1000 m³.
- 8^a Fazem parte integrante da presente autorização os seguintes anexos:



ANEXO 1

Termos de instalação de um sistema de medida (contador) do volume de água extraído

Quando o volume máximo mensal autorizado é igual ou superior a 1000 m³, o titular obriga-se a instalar um aparelho de medida (contador do volume de água extraído).

As leituras do contador terão de ter periodicidade mensal e deverão ser enviadas trimestralmente à entidade licenciadora em formato digital e de acordo com a seguinte estrutura:

Mês da medição	Volume mensal máximo autorizado	Volume extraído	Observações*

*Motivo pelo qual ultrapassou o volume autorizado

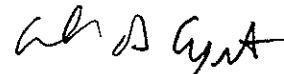


Anexo 1 – Termos da instalação de um sistema de medida (contador).

VII – OUTRAS CONDIÇÕES

Caso haja conflito com outros utilizadores do mesmo aquífero, com captações localizadas a uma distância inferior a 100 m, a eventual utilização desta captação será condicionada aos resultados de um Estudo Hidrogeológico, cuja realização ficará a cargo do utilizador.

O Director do Departamento de Recursos Hídricos Interiores



Carlos Alberto Cupeto



ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
5.1 MTD GERAIS				
Gestão Ambiental				
1.	Aderir e Implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).	Sim	o sistema de Gestão Ambiental implementado está certificado pela ISO 14001:2015. A certificação foi renovada em maio de 2017.	
2.	Manter registos detalhados das atividades desenvolvidas na instalação, assegurando a disponibilização da respetiva informação.	Sim	Informação descrita no site da empresa.	
3.	Implementar um procedimento de boas práticas de gestão interna, incluindo procedimentos de manutenção e um programa de formação de trabalhadores, que aborde as questões de prevenção de riscos ambientais, de segurança e de saúde no trabalho.	Sim	Encontram-se implementadas boas práticas de gestão interna na instalação.	
4.	Dispor de uma relação privilegiada com o produtor de resíduos, a fim de que possam ser implementadas as medidas necessárias para tratamento dos resíduos por ele gerados.	Sim	Os fornecedores de resíduos são maioritariamente empresas, pelo que é conhecida a origem dos resíduos que entram nas instalações da RSA.	
5.	Disponibilidade de pessoal na quantidade e com as qualificações necessárias ao serviço, em qualquer período de funcionamento (todo o pessoal deve frequentar formação especializada e contínua)	Sim	O pessoal trabalhador tem formação periódica, pelo responsável interno da área do ambiente e por pessoas externas no âmbito da HST.	
Melhor conhecimento dos resíduos sujeitos a tratamento				
6.	Dispor de conhecimento detalhado dos resíduos recebidos, sujeitos a tratamento, nomeadamente, acerca da indústria de origem, processo industrial, quantidades, tratamentos havidos, eventual perigosidade e caracterização físico-química.	Sim	Preenchimento das e-GAR com indicação de eventuais especificidades.	
7.	Implementar um procedimento de pré-aceitação de resíduos contendo, pelo menos, as seguintes componentes: - Ensaios sobre o resíduo, tendo em consideração o tratamento previsto; - Sistema de obtenção de informação sobre o processo de produção do resíduo; - Sistema de obtenção, junto do detentor, de uma amostra representativa do resíduo; - Sistema de determinação do código LER do resíduo.	Sim	Todos os resíduos são sujeitos a inspeção visual e controlo de radioatividade.	
8.	Implementar um procedimento de aceitação de resíduos contendo, pelo menos, as seguintes componentes: - Sistema que permita rejeitar resíduos, se não for claramente identificado um processo para o seu tratamento e um destino para os produtos finais do tratamento; - Critérios claros para a rejeição de resíduos e comunicação de todas as desconformidades; - Sistema de identificação da capacidade máxima de armazenagem existente na instalação.	Sim	Após a inspeção prévia, verifica-se se os resíduos correspondem ao que se encontra registado na e-GAR e, caso se verifique, os resíduos são aceites e as e-GAR são preenchidas no campo destinatário (procedimento aplicável às e-GAR).	
9.	Implementar diferentes procedimentos de amostragem de resíduos rececionados na instalação abrangendo, por exemplo, as seguintes componentes: - procedimentos baseados numa abordagem do risco associado ao resíduo (por exemplo, se o resíduo é perigoso ou não perigoso, ou o conhecimento que o produtor do resíduo possa ter do mesmo); - Registo de todos os resíduos; - Verificação dos parâmetros físico-químicos relevantes do resíduo.	Sim	Todos os resíduos são sujeitos a inspeção visual e controlo de radioatividade.	
10.	Dispor de uma unidade de receção de resíduos, que observe, por exemplo: - Área dedicada a armazenamento temporário de resíduos (quarentena), bem como procedimentos escritos de não-aceitação de resíduos; - Sistema de drenagem selado; - Qualificação e formação atualizada do pessoal dedicado aos procedimentos de amostragem, verificação e análise de resíduos.	Não aplicável		
Resíduos após tratamento				
11.	Analizar os resíduos após tratamento, em relação aos parâmetros relevantes para a infraestrutura de destino (aterro, incineração, etc.).	Não aplicável		
Sistemas de gestão				
12.	Dispor de um sistema de acompanhamento e rastreabilidade no tratamento dos resíduos que abranja os pontos seguintes: - Documentar o tratamento por meio de diagramas de fluxo e de balanços de massa; - Registar e referenciar a informação sobre as características do resíduo e da sua origem, atribuindo-lhe um n.º de referência que permita o conhecimento, em qualquer altura, da sua posição na instalação.	Sim	Elaboração das e-GAR.	
13.	Dispor de regras orientadas para a mistura/homogeneização, de modo a restringir a mistura de diferentes tipos de resíduos, evitando a contaminação dos tratamentos de resíduos efetuados a jusante. Estas regras devem considerar o tipo de resíduo (por exemplo, perigoso, não perigoso), bem como o tratamento de resíduos a aplicar.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
14.	Dispor de um procedimento de segregação e compatibilidade de resíduos que abranja os seguintes pontos: - Ensaios de compatibilidade antes da mistura de quaisquer resíduos; - Acondicionar resíduos com substâncias químicas de acordo com a sua classificação perigosa. Acondicionar separadamente resíduos com sustâncias químicas incompatíveis.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
15.	Melhorar a eficiência de tratamento dos resíduos, através da utilização de um programa de monitorização de eficiência, incluindo a utilização de indicadores adequados.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
16.	Elaborar um plano de gestão de acidentes devidamente estruturado.	Sim	Existe na instalação um levantamento de riscos decorrentes da atividade, elaborado no âmbito dos SHST.	

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
17.	Dispôr de mecanismos de registo de incidentes/accidentes.	Sim	É feito o registo de ocorrência de acidentes.	
18.	Dispôr de um Plano de Gestão de Ruido e Vibrações, como parte integrante do SGA.	Sim	Foi avaliada a incomodidade sonora gerada pela atividade da empresa, face à envolvente.	
19.	Considerar as opções relativas à desativação da instalação, aquando a fase de projeto. Para instalações existentes e onde os problemas de desativação estão identificados, elaborar um programa de minimização desses problemas no local.	Não aplicável		
Gestão de utilizadas e matéria-primas				
20.	Controlar o consumo e a produção de energia, desagregados por fonte energética, mediante a realização de medições e balanços energéticos.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
21.	Meioria continua da eficiência energética da instalação, mediante o estabelecimento de medidas de racionalização energética e objetivos para o consumo energético específico da instalação.	Sim	São elaborados Planos de Racionalização do Consumo de Energia (PREn), com base em auditorias energéticas que avaliam todos os aspetos relativos à promoção do aumento global da eficiência energética.	
22.	Utilizar técnicas de <i>benchmarking</i> (por exemplo numa base anual) para o consumo interno de matérias-primas.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
23.	Considerar a utilização de resíduos como matérias-primas para o tratamento de outros resíduos.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
Armazenamento e manuseamento				
24.	Aplicar técnicas gerais de armazenamento, nomeadamente: - Assegurar que o sistema de drenagem de águas residuais, nas áreas de armazenamento, retém eventuais escorrências/derrames; - Adequada localização das zonas de armazenagem, longe das linhas de água e perímetros sensíveis.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
25.	Criar sistemas de contenção separados e partilhados, para as zonas de decantação e armazenamento, assegurando que são impermeáveis e resistentes aos materiais armazenados.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
26.	Aplicar técnicas de marcação de condutas.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
27.	Evitar a acumulação de resíduos na instalação.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
28.	Aplicar as técnicas gerais de manuseamento de resíduos, nomeadamente: - Ter sistemas e procedimentos em vigor para garantir que os resíduos são transferidos para o armazenamento apropriado, com segurança; - Ter em vigor um sistema de gestão para a carga e descarga de resíduos na instalação, tendo em consideração os riscos que essas atividades podem incorrer; - Garantir a qualificação do operador que procede à receção e armazenamento; - Identificar embalagens de resíduos mais antigos de forma a diminuir o risco; - Manter equipamento em condições de operacionalidade; - Recolher os gases de escape a partir de recipientes que contêm resíduos líquidos; - Descarga de sólidos e lamas em áreas fechadas providas de sistemas de ventilação e extração de emissões emissão para o ar (por exemplo, odores, partículas COV).	Sim	O manuseamento de resíduos é feito manualmente, utilizando vestuário e proteção adequado, ou através de máquinas utilizadas por manobradores qualificados.	
29.	Aplicar a seguinte técnica de agrupamento/mistura de resíduos acondicionados: assegurar que a mistura só se efetua com a supervisão de um responsável. Para algumas tipologias de resíduos, a mistura deve ser efetuada em condições de ventilação adequadas.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
30.	Assegurar que existe um guia de segregação de resíduos para o armazenamento (devido, por exemplo, a incompatibilidades químicas entre os resíduos).	Não aplicável		
31.	Aplicar as seguintes técnicas ao armazenamento de resíduos contentorizados: - Armazenar os contentores de resíduos em áreas cobertas e ventiladas; - Armazenar contentores com substâncias sensíveis à luz e ao calor, em áreas cobertas e protegidas do sol.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
Outras técnicas comuns não mencionadas anteriormente				
32.	Utilizar sistemas de ventilação/extracção de ar durante as operações de corte, trituração e crivagem, principalmente aquando o manuseamento de materiais que podem promover emissões para o ar (por exemplo, odores, partículas, COVs).	Sim	A fragmentação é realizada por equipamento próprio, que possui sistema de extração e tratamento das emissões atmosféricas.	
33.	Executar operações de corte/trituração de resíduos especiais sob encapsulamento completo e sob atmosfera inerte para tambores/recipientes contendo substâncias inflamáveis ou altamente voláteis.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
34.	<p>No processo de lavagens, ter em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A identificação dos componentes que podem sofrer lavagem (por exemplo solventes); - Transferir substâncias lavadas para armazenamento adequado e tratá-las consoante o resíduo de que resultaram. 	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
Tratamentos das emissões para a atmosfera				
Para prevenir ou controlar as emissões principalmente de partículas, odores, COV e alguns compostos inorgânicos:				
35.	Restringir a utilização de tanques, cubas e reservatórios enterrados abertos a: - não permitir ventilação direta ou descargas para o ar, ligando todas as aberturas a sistemas de tratamento de emissões para o ar; - manter os resíduos ou matérias-primas cobertos, ou em embalagens impermeáveis.	Sim	Os resíduos perigosos (baterias, óleos, etc.) estão armazenados em locais cobertos dentro de dispositivos estanques e com sistemas de retenção.	
36.	Utilizar sistemas de confinamento de resíduos, com extração para unidades adequadas de redução das emissões.	Não aplicável		
37.	Aplicar sistemas de extração de gases adequadamente dimensionados para alguns tipos de armazenamento e de tratamento (tanques de retenção, áreas de pré-tratamento, tanques de armazenamento, os tanques de mistura/reacção e as áreas da prensa de filtro), ou colocar um sistema separado para tratar os gases de ventilação de tanques específicos (por exemplo, filtros de carvão ativado a partir de tanques de retenção de resíduos contaminados com solventes).	Não aplicável		
38.	Operar corretamente e manter o equipamento de redução das emissões gasosas.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
39.	Dispor de um sistema de lavador de gases (<i>scrubber</i>) para os principais efluentes gasosos inorgânicos, resultantes das operações que tenham uma descarga de emissão pontual. Instalar uma unidade de lavadores de gases secundária para certos sistemas de tratamento, caso a descarga seja incompatível ou demasiado concentrada para os lavadores principais.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
40.	Possuir procedimentos de deteção e reparação de fugas em instalações que manipulem: a. uma grande quantidade de componentes de tubagens ou armazenamento; b. compostos que possam escorrer facilmente e criar um problema ambiental (por exemplo, emissões fugitivas, contaminação do solo).	Sim	De acordo com o plano de manutenção dos equipamentos.	
41.	Redução dos níveis de emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COV) (7-20 mg/Nm ³) e Particulas (5-20 mg/Nm ³) para a atmosfera.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
Gestão de águas residuais				
42.	<p>Reducir o consumo e a contaminação da água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazendo verificações regulares nos tanques e caixas, especialmente se forem subterrâneos; - Estabelecendo redes de drenagem separativas. 	Sim	Possui redes separativas, tem pavimentos impermeabilizados com drenagem para sistemas de tratamento, possui sistemas de retenção. Os consumos são mensalmente monitorizados.	
43.	Dispor de procedimentos de verificação da compatibilidade entre as características do efluente e o sistema de tratamento, ou os critérios de descarga do mesmo.	Sim	Todas as águas residuais são adequadamente tratadas. As domésticas ligam diretamente à rede de saneamento público. As industriais são tratadas em separadores de hidrocarbonetos, e posteriormente ligadas também à rede pública de saneamento.	
44.	Dispor de procedimentos para evitar que os efluentes contornem os sistemas de tratamento da instalação.	Sim	Todos os pavimentos drenam para os sistemas de tratamento (separadores de hidrocarbonetos). O by-pass é apenas acionado em situações de emergência.	
45.	Assegurar que o sistema de drenagem de águas pluviais encaminha os efluentes corretamente (ou recirculando na instalação, ou indo para um intercetor comum).	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
46.	Segregar os sistemas de recolha de águas residuais, separando as águas potencialmente mais contaminadas, da águas menos contaminadas.	Sim	Todas as águas potencialmente contaminadas são drenadas para tratamento nos separadores de hidrocarbonetos. As águas pluviais não contaminadas são drenadas diretamente para o coletor de águas pluviais. As águas pluviais contaminadas são tratadas por separador de hidrocarbonetos antes de serem descarregadas em coletor de saneamento municipal.	
47.	Impermeabilizar todas as áreas de tratamento de resíduos e instalar uma rede de drenagem que encaminhe as águas pluviais ou eventuais derrames para tanques de armazenagem ou coletores.	Sim	Todas as águas potencialmente contaminadas são drenadas para tratamento nos separadores de hidrocarbonetos. As águas pluviais não contaminadas são drenadas diretamente para o coletor de águas pluviais. As águas pluviais contaminadas são tratadas por separador de hidrocarbonetos antes de serem descarregadas em coletor de saneamento municipal.	
48.	Recolher as águas pluviais para eventual verificação e tratamento, caso se encontre contaminada, para posterior reutilização.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
49.	Maximizar a reutilização na instalação, das águas residuais tratadas e das águas pluviais.	Sim	Existem depósitos de captação de águas pluviais para posterior utilização na instalação.	
50.	Efetuar verificações diárias ao sistema de gestão de águas residuais, monitorizando a descarga do efluente tratado e/ou a qualidade das lamas, e mantendo o respetivo registo.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
51.	Identificar as principais substâncias e produtos perigosos dos efluentes tratados (por exemplo, AOX, clorotetos, sulfuretos, compostos aromáticos, benzeno ou hidrocarbonetos, e metais). Caso se verifiquem substâncias perigosas, os efluentes em causa devem ser separados e sujeitos a tratamento adequado, no local ou fora dele.	Sim	Tanto as águas pluviais contaminadas, como as industriais (lavagens) são tratadas por separadores de hidrocarbonetos, antes de serem descarregadas no coletor municipal de saneamento.	
52.	Efetuar o tratamento adequado para cada tipologia de águas residuais.	Sim	O tratamento das águas residuais contaminadas é feito através de um processo que se baseia na separação dos líquidos tendo em conta a diferença de densidades.	
53.	Aumentar a fiabilidade do desempenho das técnicas de controlo e redução das emissões para as águas residuais.	Sim	Existem decantadores de sólidos a montante dos separadores de hidrocarbonetos.	
54.	Identificar os principais constituintes químicos do efluente tratado (incluindo a composição da COD), avaliando qual o melhor destino para os mesmos.	Sim	Os parâmetros analisados são os que constam na autorização de descarga emitida pelos Serviços Municipalizados de Abrantes. Os componentes do efluente tratado não geram quaisquer implicações a jusante do tratamento, uma vez que segue para coletor municipal de saneamento.	
55.	A água residual apenas deve ser encaminhada para destino final, após a conclusão de todas as medidas de tratamento e uma inspeção final subsequente.	Sim	Todas as águas residuais são descarregadas no coletor público de saneamento após tratamento.	
56.	Alcançar os seguintes valores de emissão para a água, mediante o uso de MTD no tratamento: CQO: 20-120 CBO5: 2-20 Metais pesados (Cr, Cu, Ni, Pb, Zn): 0,1-1 Metais pesados de toxicidade elevada: AS: <0,1 Hg: 0,01-0,05 Cd: <0,1-0,2 Cr (VI): <0,1-0,4	Não aplicável		
Gestão dos resíduos produzidos				
57.	Ter um plano de gestão de resíduos, como parte integrante do SGA.	Sim	Estão implementadas medidas de monitorização e controlo de produção de resíduos.	
58.	Maximizar a utilização de embalagens reutilizáveis.	A avaliar		Aplicabilidade da MTD a avaliar em sede de PDA, de acordo com o constante nas condições do TUA.
59.	Reutilizar os tambores quando estão em bom estado de funcionamento. Em outros casos, devem ser enviados para tratamento adequado.	Sim	Os recipientes de armazenamento de resíduos são reutilizados.	
60.	Mantar um inventário dos resíduos existentes na instalação, em termos de quantidade de resíduos rececionados e de resíduos tratados.	Sim	A monitorização dos resíduos recebidos e processados é efetuada em sistema interno próprio, e esses dados são registados nos respetivos MIRR do SIIlamb.	
61.	Reutilizar os resíduos de uma atividade/tratamento como eventual matéria-prima para outra.	Não aplicável		
Contaminação dos solos				

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
Para prevenir a contaminação dos solos:				
62.	Preparar e manter a superfície das áreas operacionais, incluindo a aplicação de medidas de prevenção e limpeza de fugas e derrames, e assegurar a manutenção dos sistemas de drenagem e outras estruturas do subsolo.	Sim	Todos os pavimentos afetos à gestão de resíduos estão impermeabilizados.	
63.	Nas áreas operacionais, utilizar pavimentos impermeáveis e redes de drenagem.	Sim	Todos os pavimentos afetos à gestão dos resíduos que drenam para os sistemas de tratamento estão impermeabilizados.	
64.	Minimizar a dimensão da unidade de tratamento e do uso de reservatórios/tubagens subterrâneas.	Sim	As drenagens são efetuadas maioritariamente à superfície, embora também haja tubagens colocadas sob o pavimento. Consideradas indispensáveis para vencer cotas altimétricas.	
5.2 MTDs para tipos de tratamento específicos de resíduos				
Tratamentos biológicos				
65.	Utilizar técnicas de armazenamento e manipulação em sistemas biológicos, de modo a reduzir os odores e as emissões difusas.	Não aplicável		
66.	Ajustar a tipologia de resíduos e os processos de separação admissíveis de acordo com o tipo de processo realizado e a técnica de redução aplicável (por exemplo, dependendo do conteúdo de componentes não biodegradáveis).	Não aplicável		
67.	Utilizar as seguintes técnicas para a digestão anaeróbia: a. Integrar a gestão de água no processo de tratamento; b. Reutilizar a quantidade máxima possível de água residual no digestor; c. Operar o sistema sob condições de digestão termófila. No entanto, para certos tipos de resíduos, as condições termofílicas não conseguem ser alcançadas. d. Medir os níveis de COT, CQO, N, P e Cl nos fluxos de entrada e de saída. Pode ser necessário monitorizar outros parâmetros adicionais, caso seja necessário um melhor controlo do processo, ou uma melhor qualidade de produto. e. Maximizar a produção de biogás. Esta técnica deve ter em conta a qualidade do digestor e do biogás.	Não aplicável		

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
68.	Aquando a utilização de biogás como combustível, reduzir as emissões para a atmosfera, nomeadamente de partículas, NOx, SOx, CO, H2S e COV, através das seguintes técnicas: a. Lavagem de biogás com sais de ferro; b. Técnicas de redução de NOx, como SCR; c. Unidade de oxidação térmica; d. Filtração com carbono ativado.	Não aplicável		
69.	Melhorar o tratamento mecânico e biológico (TMB) através de: a. Utilização de biodigestores totalmente fechados; b. Evitar a ocorrência condições anaeróbias durante o tratamento aeróbio, através do controlo da digestão e do fornecimento de ar (com recurso a um circuito de ar estabilizado) e adaptando o arejamento da atividade de biodegradação em causa; c. Utilização eficiente de água; d. Isolamento térmico da zona de degradação biológica, em processos aeróbios; e. Minimização da produção de gases de exaustão para níveis entre 2500 a 8000 Nm ³ por tonelada (Níveis abaixo de 2500 Nm ³ por tonelada não foram reportados); f. Garantia de uma alimentação uniforme; g. Reutilização das águas residuais de processo e/ou resíduos de lamas, no processo de tratamento aeróbio, de modo a evitar emissões para o meio hídrico; h. Relacionar as variáveis controladas de degradação biológica com as emissões gasosas monitorizadas; i. Redução das emissões de compostos de Azoto através da otimização da relação C:N.	Não aplicável		
70.	Reducir as emissões de odores e amoniaco (NH₃), decorrentes do tratamento mecânico e biológico (TMB), para os níveis indicados no BREF, utilizando uma combinação apropriada das seguintes técnicas: a. manter o local limpo; b. utilizar oxidantes térmicos regenerativos; c. remoção de partículas.	Não aplicável		
71.	Reducir as emissões para a água para os níveis mencionados na MTD 56, restringindo também as emissões para a água de azoto total, amónia, nitrato e nitrito.	Não aplicável		
Tratamentos físico-químicos				
Para o tratamento físico-químico das águas residuais:				
72.	Aplicar as seguintes técnicas em reatores físico-químicos: a. Definir claramente os objetivos e a química da reação esperada para cada processo de tratamento; b. Avaliar cada novo conjunto de reações e misturas propostas de resíduos e reagentes num ensaio laboratorial, anteriormente ao tratamento de resíduos; c. Projetar e operar a cuba do reator de modo que o mesmo se encontre apto para a sua finalidade; d. Fechar todas as naves de tratamento/reação e assegurar que estão ventilados e equipados com um sistema de depuração e redução; e. Monitorizar a reação de modo a assegurar que está sob controlo e que se desenvolve de acordo com o resultado esperado; f. Evitar a mistura de resíduos que contenham metais e agentes complexantes.	Não aplicável		
73.	Adicionalmente aos parâmetros genéricos, identificados para as águas residuais na MTD 56, é necessário identificar parâmetros adicionais para o tratamento físico-químico das águas residuais.	Não aplicável		
74.	Aplicar as seguintes técnicas ao processo de neutralização: a. Assegurar que os métodos de medição usuais se encontram a ser utilizados; b. armazenar separadamente as águas residuais neutralizadas; c. execução de uma inspeção final da água residual neutralizada depois de ter decorrido um tempo de armazenamento suficiente.	Não aplicável		
75.	Aplicar as seguintes técnicas para auxiliar a precipitação dos metais: a. Ajustar o pH para o ponto de solubilidade mínima em que os metais irão precipitar; b. Evitar a entrada de agentes complexantes, cromatos e cianetos; c. Evitar a utilização de materiais orgânicos que possam interferir com a precipitação no processo; d. Utilizar precipitação sulfídrica se estiverem presentes agentes complexantes (esta técnica pode aumentar a concentração de sulfureto nas águas residuais tratadas).	Não aplicável		
76.	Aplicar as seguintes técnicas para quebra de emulsões: a. Testar a presença de cianetos nas emulsões a serem tratadas. Caso se verifique a presença de cianetos, as emulsões devem sofrer, primeiramente, um pré-tratamento especial; b. Efectuar testes laboratoriais.	Não aplicável		
77.	Aplicar as seguintes técnicas ao processo de oxidação/redução: a. Reduzir as emissões atmosféricas geradas durante o processo de oxidação/redução; b. Possuir medidas de segurança e detektors de gases no local (por exemplo, adequados para detetar HCN, H ₂ S, NOx).	Não aplicável		
78.	Aplicar as seguintes técnicas a águas residuais contendo cianetos: a. Destrução de cianetos por oxidação; b. Adição de soda cáustica para evitar uma diminuição de pH; c. Evitar a mistura de resíduos de cianeto com compostos ácidos; d. Monitorização do processo com recurso a elétrodos.	Não aplicável		

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
79.	Aplicar as seguintes técnicas a águas residuais contendo compostos de crómio (VI): a. Evitar a mistura de resíduos de Cr (VI) com outros resíduos; b. Redução de Cr(VI) a Cr(III); c. Precipitação do metal trivalente.	Não aplicável		
80.	Aplicar as seguintes técnicas a águas residuais contendo nitratos: a. Evitar a mistura de resíduos com nitratos; b. Prevenir a formação de vapores nitrosos durante o tratamento de oxidação/acidificação de nitratos.	Não aplicável		
81.	Aplicar as seguintes técnicas a águas residuais contendo amónia: a. Utilizar um sistema de separação de ar de coluna dupla, com lavadores de gases (scrubbers) em base ácida, para resíduos com soluções de amónia até 20% p/p; b. Recuperar a amónia dos lavadores de gases e reintroduzi-la no processo; c. Eliminação da amónia removida na fase gasosa, depurando os resíduos com ácido sulfúrico, de modo a produzir sulfato de amónia;	Não aplicável		
82.	Reducir as emissões para a atmosfera durante os processos de filtração e separação de água.	Não aplicável		
83.	Adicionar agentes de floculação às lamas e à água residual a ser tratada, de modo a acelerar o processo de sedimentação e facilitando a separação de sólidos. Em alternativa à utilização de agentes de floculação, a evaporação é economicamente mais viável.	Não aplicável		
84.	Aplicar uma limpeza rápida, a jato ou a alta pressão, aos sistemas de tamisagem.	Não aplicável		
Tratamento físico-químico de resíduos sólidos				
Para o tratamento físico-químico de resíduos sólidos:				
85.	Promover a insolubilização de metais alcalinos e reduzir a lixiviação de sais tóxicos solúveis através de, uma combinação de lavagem com água, evaporação, recristalização e extração de ácidos, quando a immobilização é usada para tratamento de resíduos sólidos perigosos para deposição em aterro sanitário.	Não aplicável		

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
86.	Testar a capacidade de lixiviabilidade de compostos inorgânicos, utilizando os procedimentos padronizados de lixiviação de CEN e aplicando o nível de teste apropriado: caracterização básica, teste de conformidade ou verificação no local.	Não aplicável		
87.	Restringir a aceitação de resíduos a tratar por solidificação/mobilização para aqueles que não contenham níveis elevados de COV, componentes odoríferos, cianetos sólidos, agentes oxidantes, agentes quelantes, COT e cilindros de gás.	Não aplicável		
88.	Aplicar técnicas de controlo e confinamento para sistemas transportadores de carga/descarga.	Não aplicável		
89.	Aplicar sistemas de redução da poluição na carga e descarga dos resíduos a tratar.	Não aplicável		
90.	Usar pelo menos um processo de solidificação, vitrificação, derretimento ou fusão aos resíduos sólidos destinados a aterro.	Não aplicável		
Tratamento físico-químico de solo contaminado				
Para o tratamento físico-químico de solos contaminados:				
91.	Controlar a taxa de escavação, a quantidade de área de solo contaminado que é exposta, e a duração em que as pilhas de solo são deixadas a descoberto durante a escavação e a remoção de solo contaminado.	Não aplicável		
92.	Utilizar um teste piloto para determinar a adequação do processo a aplicar, bem como as condições de funcionamento para a sua utilização.	Não aplicável		
93.	Utilizar um equipamento de recolha e controlo.	Não aplicável		
94.	Reportar a eficiência alcançada durante os processos, para os diferentes componentes.	Não aplicável		
Recuperação de materiais provenientes de resíduos				
Para a refinação de óleos usados:				
95.	Operar um controlo dos materiais entrados, suportado por equipamento analítico (viscosimetria, infravermelho, cromatografia e espectrometria de massa, conforme adequado), laboratórios e recursos.	Não aplicável		
96.	Verificar, pelo menos, solventes clorados e bifenilos policlorados.	Não aplicável		
97.	Utilizar a condensação como tratamento para a fase gasosa das unidades de destilação por <i>flash</i> .	Não aplicável		
98.	Reducir as emissões durante a carga e descarga de veículos.	Não aplicável		
99.	Utilizar diferentes técnicas de redução das emissões na presença de espécies cloradas.	Não aplicável		
100.	Utilizar uma oxidação térmica a 850 ° C, com um tempo de residência de dois segundos, para os escapes da destilação a vácuo dos geradores a vácuo, ou para o ar dos aquecedores do processo.	Não aplicável		
101.	Utilizar um sistema de vácuo, com eficiência elevada.	Não aplicável		
102.	Utilizar os resíduos da destilação sob vácuo ou evaporadores de película fina, como produtos de asfalto.	Não aplicável		
103.	Utilizar processos de refinação de óleos usados altamente eficientes, que possam alcançar um rendimento superior a 65% numa base seca.	Não aplicável		
104.	Alcançar os valores de emissão das águas residuais descarregadas, indicados no BREF, utilizando uma combinação adequada de técnicas no processo e/ou tratamentos primários, secundários, biológicos e de acabamento.	Não aplicável		
Para o tratamento de solventes usados:				
105.	Operar um controlo dos materiais entrados, suportado por equipamento analítico, laboratórios e recursos.	Não aplicável		
106.	Evaporar os produtos residuais das colunas de destilação e recuperar os solventes.	Não aplicável		
Para a regeneração dos catalisadores usados:				
107.	Utilizar filtros de mangas, de modo a diminuir as partículas geradas durante o processo de regeneração.	Não aplicável		
108.	Utilizar um sistema de redução das emissões de óxidos de enxofre.	Não aplicável		
Para a regeneração do carvão ativado usado:				
109.	Adotar procedimentos de controlo de qualidade.	Não aplicável		

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
110.	Exigir um compromisso escrito de clientes, com indicação da origem do carvão ativado usado.	Não aplicável		
111.	Utilizar um forno para o tratamento de carvão ativado industrial.	Não aplicável		
112.	Utilizar uma câmara de pós-combustão (com um mínimo de 1100 ° C) para a regeneração de carvão ativado industrial onde as substâncias termicamente resistentes halogenadas, ou outros refratários são suscetíveis de estarem presentes. Em outros casos, condições térmicas menos rigorosas são suficientes.	Não aplicável		
113.	Utilizar uma câmara de pós-combustão para a regeneração de carvão ativado proveniente do tratamento de água residual para consumo humano.	Não aplicável		
114.	Utilizar um sistema de tratamento de gases de combustão.	Não aplicável		
115.	Utilizar sistemas de depuração para neutralizar gases ácidos.	Não aplicável		
116.	Implementar instalações de tratamento de águas residuais, que utilizem uma combinação adequada de flocação, sedimentação, filtração e ajuste de pH para o tratamento de carvão ativado proveniente do tratamento de água residual para consumo humano. Para os efluentes de carbonos industriais, a aplicação de tratamentos adicionais (por exemplo, precipitação com hidróxido de metal, precipitação de sulfetos) também são considerados MTD.	Não aplicável		
Preparação de combustível derivado de resíduos (CDR):				
117.	Tentar ter uma relação próxima com o utilizador do combustível, de forma a assegurar a transferência dos conhecimentos relativos à composição dos combustíveis preparados.	Não aplicável		
118.	Ter um sistema de qualidade seguro para garantir as características dos combustíveis derivados de resíduos produzidos.	Não aplicável		

ANEXO – MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS

BREF - Indústrias de Tratamento de Resíduos | Data de adoção: 08/2006 |

n.º atribuído de acordo com o BREF ou documento Conclusões MTD	Descrição de acordo com o BREF ou Conclusões MTD	MTD implementada?	Descrição do modo de implementação / Motivo da não aplicabilidade / Descrição da técnica alternativa implementada	Calendarização da implementação (mês.ano)
119.	Fabricar diferentes tipos de combustíveis derivados de resíduos, de acordo com o tipo de utilização (por exemplo, fornos de cimento, diferentes centrais de energia), com o tipo de forno (por exemplo de tiro de grelha, a alimentação por sopro) e com o tipo de resíduos usado (por exemplo, resíduos perigosos, resíduos sólidos urbanos).	Não aplicável		
120.	Utilizar tratamento por carvão ativado para águas residuais pouco contaminadas e tratamento térmico para águas residuais altamente contaminadas.	Não aplicável		
121.	Na produção de combustíveis derivados de resíduos perigosos, garantir o acompanhamento correto das regras de segurança.	Não aplicável		
Para a preparação de combustível derivado de resíduos sólidos a partir de resíduos não perigosos:				
122.	Inspecionar visualmente os resíduos rececionados, de modo a triar os resíduos metálicos ou não metálicos. O objetivo desta técnica é prevenir a destruição mecânica dos equipamentos.	Não aplicável		
123.	Utilizar separadores magnéticos de metais ferrosos e não-ferrosos para proteger os granuladores (<i>pelletisers</i>) e cumprir os requisitos dos utilitários finais.	Não aplicável		
124.	Utilizar a técnica infravermelhos para a triagem de plásticos, com o objetivo de reduzir o teor de cloro orgânico e de alguns metais que fazem parte dos plásticos.	Não aplicável		
125.	Uso de sistemas de Trituração combinados e de peletizadoras para preparação do tamanho específico do combustível.	Não aplicável		
Para a preparação de combustível derivado de resíduos sólidos a partir de resíduos perigosos:				
126.	No caso de ser necessário utilizar um processo de secagem ou aquecimento, considerar as respetivas emissões e os perigos associados à inflamabilidade.	Não aplicável		
127.	Considerar a realização das operações de mistura e homogeneização em áreas confinadas, com sistemas de controlo de atmosfera adequados.	Não aplicável		
128.	Utilizar filtro de mangas para a redução das emissões de partículas.	Não aplicável		
Para a preparação de combustível derivado de resíduos líquidos a partir de resíduos perigosos:				
129.	Utilizar unidades de permuta de calor exteriores à cuba.	Não aplicável		
130.	Adaptar o teor de sólidos suspensos para assegurar a homogeneidade do combustível líquido.	Não aplicável		

Memória Descritiva da Instalação

A instalação RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A. desenvolve as seguintes atividades:

A RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A. dedica-se fundamentalmente ao processamento mecânico e valorização de resíduos metálicos.

Todos os resíduos recebidos nas instalações da RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A., são sujeitos a inspeção e controlo, que consiste na verificação da carga, relativamente ao declarado nas Guias de Acompanhamento, pesagem na báscula e verificação de radioatividade.

Após a descarga dos resíduos na zona de triagem dedicada, é feita uma triagem dos mesmos, de forma a separá-los por tipo e por dimensão.

Dependendo do resíduo em causa, seguirá para a linha de tratamento correspondente ou, simplesmente, será armazenado até que se justifique o seu encaminhamento (venda) para outros operadores/ recicladores.

Linha de fragmentação de resíduos metálicos

Os resíduos metálicos são sujeitos a uma primeira triagem, onde são separados por ferrosos e não ferrosos.

Dependendo do tipo de metais e da qualidade da triagem inicial, estes poderão ser sujeitos a armazenamento temporário antes da expedição, ou ainda seguir para processos de corte, compactação ou fragmentação.

A linha de fragmentação de resíduos metálicos, para além de fragmentar a sucata metálica, promove a separação de metais ferrosos, metais não ferrosos, materiais não metálicos “pesados” (areias) e “leves” (fluff).

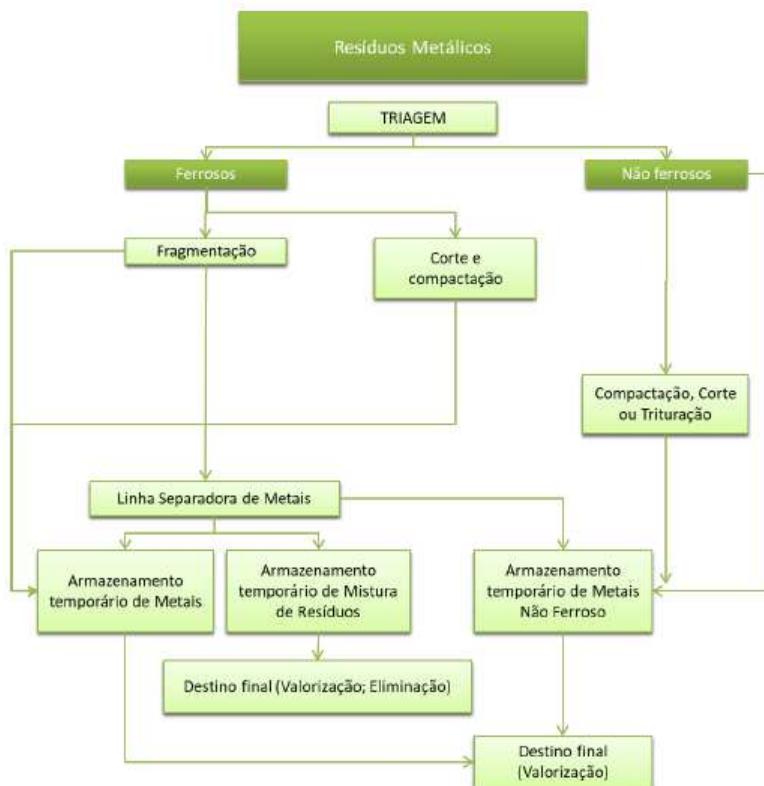


Figura 1: Fluxograma das operações a que são sujeitos os resíduos metálicos

O processo inicia-se com o armazenamento da sucata metálica, previamente verificada, a montante do fragmentador. Os resíduos metálicos sujeitos a este processo poderão ser provenientes do exterior, como também resultantes de outros processos, nomeadamente as carroças de veículos em fim de vida, que passaram pelo processo de despoluição e desmantelamento na própria instalação. No diagrama que a seguir se apresenta, representa-se o processo de fragmentação de resíduos metálicos.

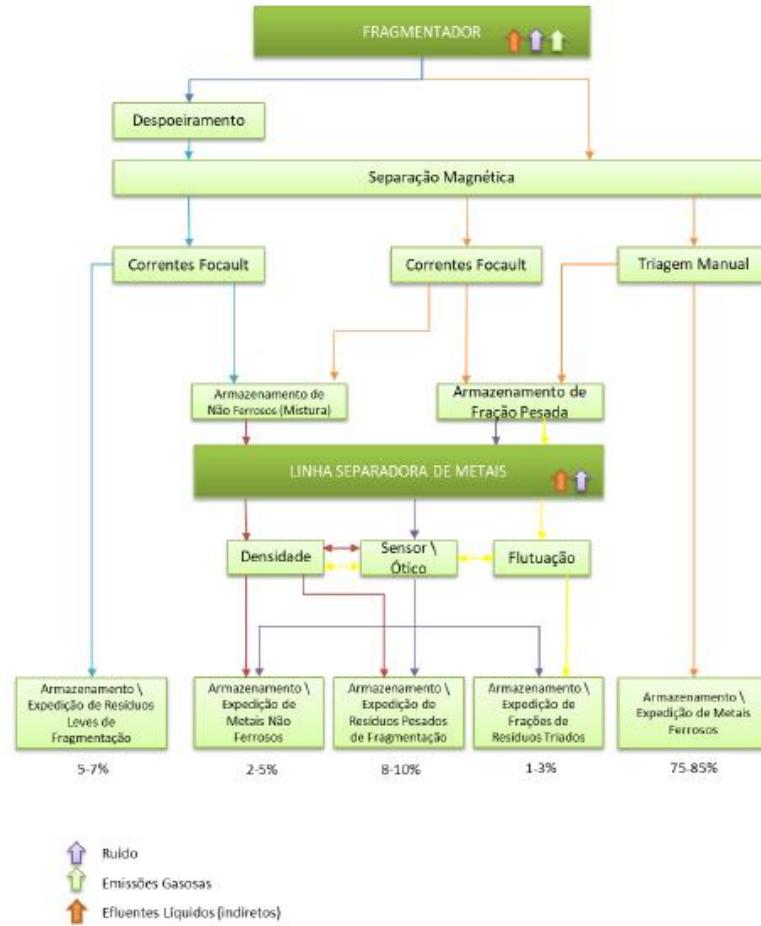


Figura 2: Fluxograma referente à operação de fragmentação.

Linha de Trituração de Cabos

A RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A. tem ainda uma linha de trituração de cabos elétricos, que permite a separação dos seus constituintes, como metais ferrosos, não ferrosos e não metálicos.

Os cabos que entram nesta linha de trituração poderão ser de proveniência externa mas também poderão ser resultantes do desmantelamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).

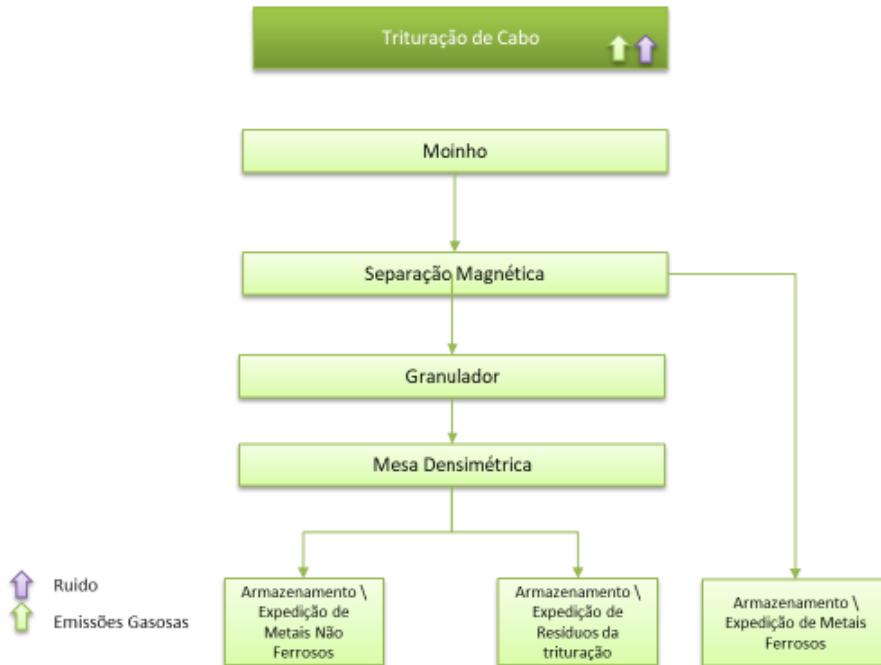


Figura 3: Fluxograma da linha de trituração de cabos.

Despoluição/desmantelamento de REEE

Relativamente aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), para o caso dos que contenham materiais ou constituintes considerados perigosos, como óleo ou gás, são sujeitos unicamente a armazenamento temporário.

Os REEE que não contenham materiais ou componentes perigosos poderão ainda sofrer operações de triagem e desmantelamento manual, com separação dos seus constituintes, tendo em vista as suas valorizações futuras.

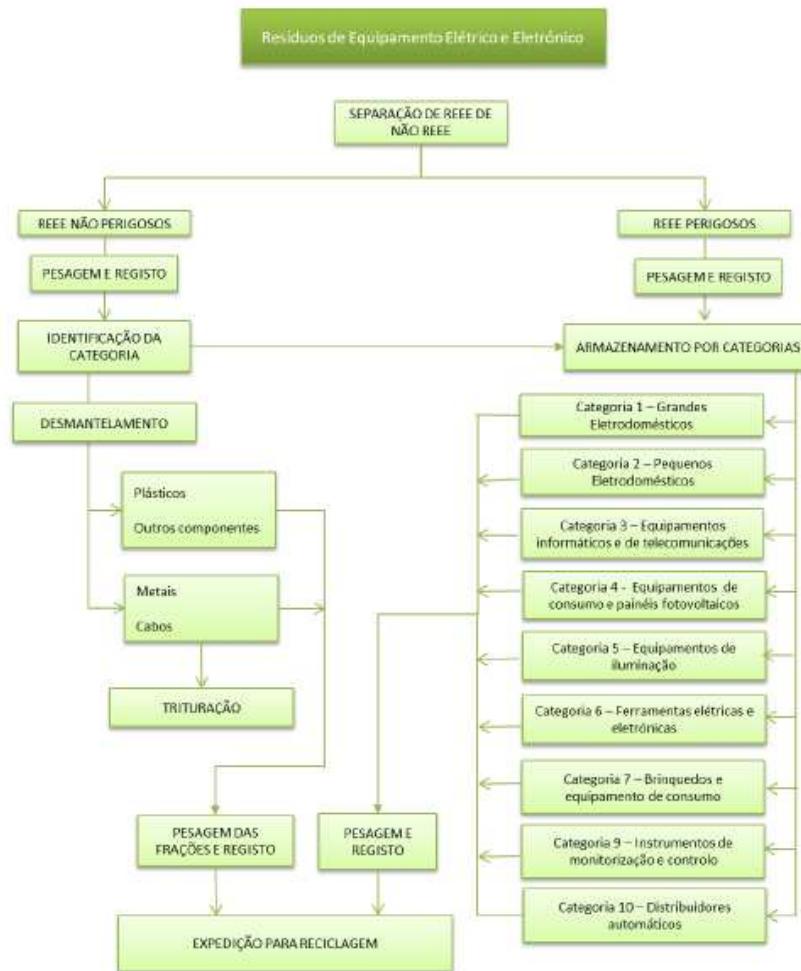


Figura 4: Fluxograma das operações a que são sujeitos os REEE.

Despoluição/desmantelamento de VFV

O processo de receção de veículos em fim de vida tem início com a verificação da documentação exigível para o abate dos mesmos. Após a verificação de toda a documentação é efetuado o registo no sistema interno.

De seguida, e num prazo máximo de 15 dias úteis após o dia da receção, o veículo é sujeito às diferentes etapas de descontaminação onde se procede à remoção da bateria, do ar condicionado, dos pneus, do catalisador e de todos os fluídos existentes no veículo, bem como à desativação de almofadas de *airbag* (se aplicável). Para o efeito, utilizam-se diversos equipamentos que constituem a Unidade de Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida, instalada no interior do armazém. Todos os componentes removidos são devidamente acondicionados em contentores estanques e devidamente identificados.

Depois desta etapa procede-se à desmontagem das peças/componentes considerados com possibilidade de reutilização e são armazenados em prateleiras, para venda.

O veículo descontaminado é devidamente armazenado em local dedicado e permanece até ao prazo máximo de 1 ano com os componentes de maiores dimensões, se economicamente viável. Até ao fim deste prazo são removidos os componentes que se consideram não reutilizáveis, como os para-choques e os vidros, e a carcaça é encaminhada para a linha de fragmentação que integra a gestão de resíduos metálicos.

No caso dos VFV descontaminados (carcaças), estes deverão ser acompanhados pela cópia do certificado de destruição emitido na origem, para além da documentação acima referida. As carcaças são então encaminhadas para a linha de fragmentação que integra a gestão de resíduos metálicos.

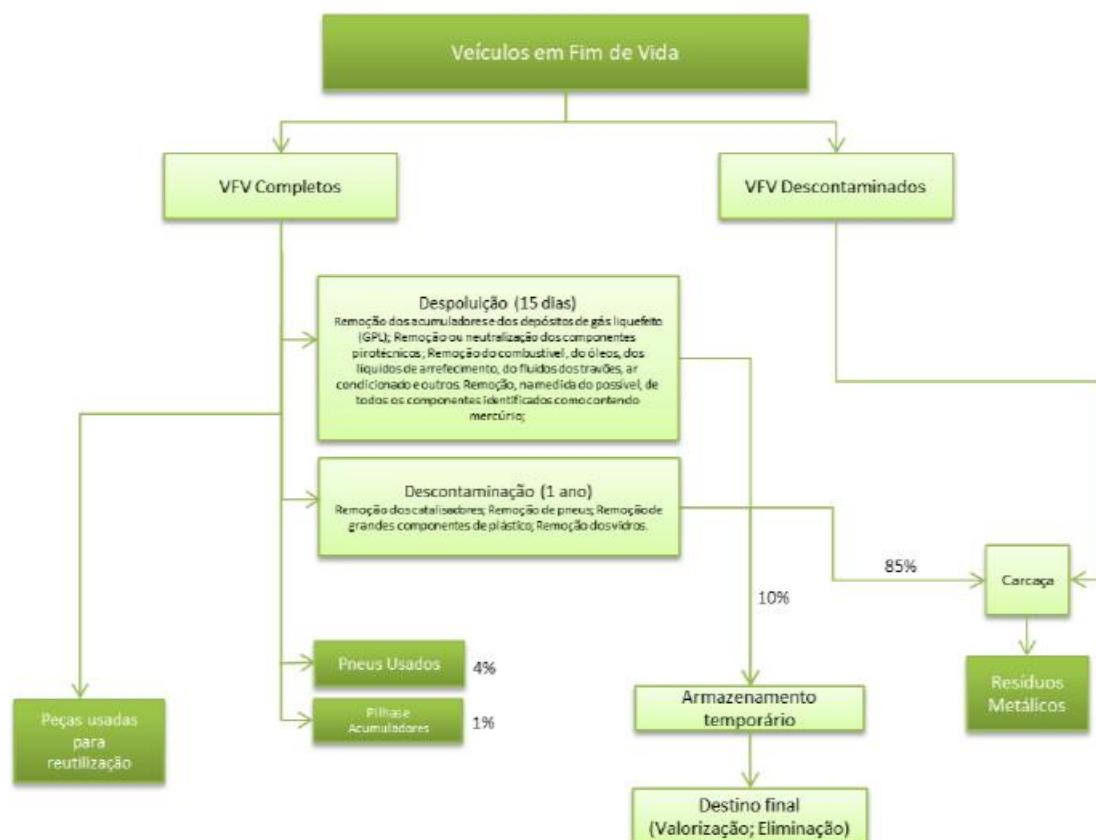


Figura 5: Fluxograma das operações a que são sujeitos os VFV.



Declaramos que foram recepcionados na nossa Unidade de Transformação de Subprodutos em Ferreira do Zêzere (RSP 507) **1669 kg** de **Cadáveres** no ano 2019, provenientes da Instalação de **Relvas** pertencente à **Zezerovo, S.A..**

Ferreira do Zêzere, 05-03-2020

COMAVE DO ZÊZERE
Indústria e Comércio de Aves, S.A.



Declaramos que foram recepcionados na nossa Unidade de Transformação de Subprodutos em Ferreira do Zêzere (RSP 507) **19752 kg** de **Cascas de Ovos** no ano 2019, provenientes da Instalação de **Centro de Inspeção e Classificações de Ovoso - PT 087** pertencente à **Zezerovo, S.A..**

Ferreira do Zêzere, 05-03-2020

COMAVE DO ZÊZERE
Indústria e Comércio de Aves, S.A.
